

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO CEARÁ  
CENTRO DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA**

**LEONARDO ANDRADE ROCHA**

**IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA SOBRE O BEM-ESTAR DAS  
FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO ESTADO DO CEARÁ**

**FORTALEZA  
2008**

**LEONARDO ANDRADE ROCHA**

**IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA SOBRE O BEM-ESTAR DAS  
FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO ESTADO DO CEARÁ**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, do Departamento de Economia Agrícola do Centro de Ciências Agrárias, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Economia Rural.

Orientador: Prof. Dr. Ahmad Saeed Khan

**FORTALEZA  
2008**

Margareth de Figueiredo Nogueira Mesquita – Bibliotecária/UFC

R574a Rocha, Leonardo Andrade

Impacto do programa bolsa-família sobre o bem-estar das famílias beneficiadas no Estado do Ceará . Fortaleza, 2008.

83 fl. il. 21 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ahmad Saeed Khan

Mestrado (Dissertação) em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará.

1.Pobreza. 2.Bolsa Família. 3. Renda. 4.Capital Humano. 5. Estado do Ceará. I.Título.

CDD-362.5

**LEONARDO ANDRADE ROCHA**

**IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA SOBRE O BEM-ESTAR DAS  
FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO ESTADO DO CEARÁ**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós- Graduação em Economia Rural, do Departamento de Economia Agrícola do Centro de Ciências Agrárias, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia Rural.

Aprovada em: 12 / 06 /2008

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ph.D Ahmad Saeed Khan (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima (Co-Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Dr. Antônio Teixeira Cavalcante Junior (Membro)  
Pesquisador da EMBRAPA- CE.

*Dedico este trabalho a meus pais: Raimundo Edmar e Gesilda, a meus irmãos: Vanessa, Veruska e Edmar (In memoriam); aos meus sobrinhos queridos: Júlia, Maria e Edmarzinho; a Rosa, pelos cuidados constantes e incentivo à minha formação acadêmica e pessoal.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus,

Aos meus familiares, tio Antônio, tia Marise, João Marcos e demais.

À Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (FUNCAP) pela concessão de bolsa de estudo.

Ao Banco do Nordeste do Brasil pelo apoio financeiro na pesquisa de campo.

Ao professor Ph.D. Ahmad Saeed Khan pois tive o privilégio de tê-lo como orientador e amigo, acompanhando-me em todas as fases do trabalho. Muito obrigado.

À professora dra. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima cujo apoio, sugestões e correções contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

Ao pesquisador dr. Antônio Teixeira também pelo seu apoio, sugestões e correções.

Aos funcionários do Departamento de Economia Agrícola: Mônica, Ricardo, Briand, Margareth, Giselle, João, Dermivan, Conceição, Dona Valda, Joildo, dentre outros.

Aos meus amigos Paulo Coelho, Renato, Leonardo, Lucas e Fernando Guilherme.

Aos colegas de mestrado, em especial Rachel, Josiane, Andréia, Eliana, Valéria, César, Hugo, Nidiany, Sergiany, Napiê, George, Emanuele, Felipe, Fábio, Verônica, Harine e Franzé (FJ).

A minha namorada Elisabeth, pela compreensão, amor e carinho, indispensáveis à conclusão deste trabalho.

A todos que, direta ou indiretamente, me ajudaram e não estão citados acima.

Obrigado a todos que me proporcionaram a realização deste maravilhoso sonho.

## RESUMO

O estudo buscou analisar o impacto do Programa Bolsa-Família (PBF) sobre o bem-estar das famílias beneficiadas no Estado do Ceará em 2007. Para tal finalidade, foi utilizado o levantamento de dados primários nos municípios de Ocara, Quixadá, Itapipoca e Sobral. Foram aplicados 80 questionários sendo 40 para famílias beneficiadas e 40 para famílias não-beneficiadas (potenciais beneficiários) em cada município selecionado. Os dados secundários foi baseado numa coleta de informações junto ao Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), à Controladoria Geral da União (CGU), à Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC) e ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Com base numa análise tabular, testes t-Student e H de Kruskal-Wallis para comparação das médias e proporções, respectivamente, e análise de regressão linear. Foi possível mensurar o impacto do programa sobre as famílias beneficiadas no Ceará. Os resultados referentes às características domiciliares comprovaram a homogeneidade dos grupos familiares selecionados. O PBF teve impacto positivo sobre os pilares do capital humano local, explicado pela melhoria dos indicadores de saúde, de educação e do estado nutricional das famílias beneficiadas. O progresso orçamentário das famílias beneficiadas através das transferências dos recursos revelou um atributo particular da condição de dependência dessas famílias com a política de bem-estar social do Estado. Esta característica peculiar foi avaliada através da participação menor de atividades do trabalho e não-agrícolas na renda total média, em comparação ao outro grupo familiar não beneficiado. O PBF estimulou, ainda, uma expansão no patrimônio domiciliar do grupo que recebe os benefícios, revelando o impacto importante do programa sobre o padrão de comportamento dos gastos em aquisição de bens duráveis. Dessa forma, pode-se concluir que o Programa Bolsa-Família tem um papel importante no bem-estar das famílias como política de curto prazo. Não houve, porém, impacto na geração de renda garantindo que estas famílias gradativamente se desvinculam do programa a longo prazo.

**Palavras-chave:** pobreza, bolsa-família, renda, capital humano, estado do Ceará.

## ABSTRACT

The study assessed the impact of the Bolsa Familia Program (PBF) on the welfare of families benefited in the state of Ceara in the year 2007. For this purpose, we used the lifting of primary data in the municipalities of Ocara, Quixadá, Itapipoca and Sobral. 80 questionnaires were used and 40 to benefit families and 40 families not to benefit (potential beneficiaries) in each municipality selected. The secondary data collection was based on information from the Ministry of Development and Fight against Hunger (MDS), the Controller General Union (CGU), the Department of Basic Education of the State of Ceara (SEDUC) and the Office of Research and Strategy Economic do Ceará (IPECE). Based on a tabular analysis, testing and Student t-H, Kruskall-Wallis to compare the means and proportions respectively, and linear regression analysis, it was possible to measure the programme's impact on the beneficiary families in the state of Ceara. The results concerning the characteristics home confirmed the homogeneity of the groups selected family. The PBF has had positive impact on the pillars of the local human capital, explained by the improving indicators of health, education and nutritional status of families benefited. Progress budget of households benefited through the transfer of resources has shown a particular attribute the condition of dependency of these families with the policy of social welfare of the state. This peculiar feature was assessed by the lower participation in activities of non-agricultural work and the average total income, compared to the other group received no family. The PBF also stimulated an expansion in household wealth in the group receiving the benefits, revealing the significant impact of the programme on the pattern of behaviour of spent on purchase of durable goods. Thus, it can be concluded that the Family Scholarship Program has an important role on the welfare of families as a policy of short-term, however, there was no impact on the generation of employment and income to ensure that these families gradually desvinculam to the programme the long term.

Key words: poverty, bolsa-familia, income, human capital , state of Ceara.



## LISTA DAS TABELAS

1 - Critério de seleção das famílias beneficiárias ao Programa Bolsa-Família.....	22
2 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o tipo de domicílio nos municípios selecionados no ano 2007.....	46
3 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo a condição de ocupação dos domicílios nos município selecionados no ano 2007.....	47
4 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o material predominante nas paredes externas dos domicílios nos município selecionados no ano 2007.....	48
5 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o material predominante no piso dos domicílios nos municípios selecionados no ano 2007.....	49
6 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o material predominante no telhado dos domicílios nos município selecionados no ano 2007.....	50
7 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo a quantidade de banheiros nos domicílios nos município selecionados no ano 2007.....	51

<b>8</b> - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o tipo de escoadouro do aparelho sanitário no domicílio nos municípios selecionados no ano 2007.....	51
<b>9</b> - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo a fonte de abastecimento de água do domicílio nos municípios selecionados no ano 2007.....	52
<b>10</b> - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o tipo de água usado para beber no domicílio dos municípios selecionados no ano 2007.....	53
<b>11</b> - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o principal tipo de iluminação no domicílio nos municípios selecionados no ano 2007.....	54
<b>12</b> - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o principal destino do lixo domiciliar nos municípios selecionados no ano 2007.....	55
<b>13</b> - Distribuição relativa dos membros das famílias beneficiadas segundo a frequência escolar antes e depois de receberem o benefício nos municípios selecionados no ano 2007.....	56
<b>14</b> - Distribuição relativa dos membros das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo a frequência atual de escola nos municípios selecionados no ano 2007.....	57

<b>15</b> - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo as condições de saúde considerando amostra total no ano 2007.....	59
<b>16</b> - Distribuição relativa dos membros das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o lugar do atendimento médico nos municípios selecionados no ano 2007.....	60
<b>17</b> - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas quanto à assistência do Programa Agentes de Saúde nos municípios selecionados no ano 2007.....	61
<b>18</b> - Evolução das famílias acompanhadas pelo programa Agentes de Saúde por município selecionado e Estado do Ceará entre 2001 e 2005.....	62
<b>19</b> - Distribuição relativa dos membros das famílias beneficiadas antes e depois de receberem o benefício do programa, segundo o tipo de doença adquirida, considerando a amostra total no ano 2007.....	62
<b>20</b> - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o nível de renda total anual nos municípios selecionados no ano 2007.....	64
<b>21</b> - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o nível de renda parcial anual nos municípios selecionados no ano 2007.....	65
<b>22</b> - Valor absoluto e relativo da renda total média anual das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o tipo de fonte de renda nos municípios selecionados no ano 2007.....	67

<b>23</b> - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo os principais itens que compõem o patrimônio domiciliar considerando a amostra total no ano 2007.....	69
<b>24</b> - Consumo médio mensal dos principais itens que compõem a cesta alimentar básica das famílias beneficiadas e não-beneficiadas considerando a amostra total no ano 2007.....	70
<b>25</b> - Estimativas de MQO segundo a natureza dos gastos mensais considerando amostra a total no ano 2007.....	71

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>07</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>08</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>09</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 Geral.....</b>	<b>18</b>
<b>2.2 Específico.....</b>	<b>18</b>
<b>3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1 Características do Programa.....</b>	<b>21</b>
3.1.1 Cadastro Único (CADÚNICO).....	21
3.1.2 Critérios de Elegibilidade.....	22
3.1.3 Descentralização e Intersetorialidade do Programa.....	23
<b>4 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA NO MUNDO.....</b>	<b>25</b>
4.1 <i>Programa de Educación, Salud y Alimentación (PROGRESA) no Mexico.....</i>	25
4.2 <i>La Red de Protección Social (RPS) na Nicarágua.....</i>	27
4.3 <i>Programa Puentes do Chile Solidário.....</i>	28
4.4 <i>Programa de Asignación Familiar (PRAF ) em Honduras.....</i>	29
<b>5 POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL.....</b>	<b>31</b>
<b>6 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA (PTRC) E CAPITAL HUMANO.....</b>	<b>35</b>
6.1 Educação.....	35
6.2 Saúde.....	36
6.3 Estado Nutricional.....	37
<b>7 METODOLOGIA.....</b>	<b>39</b>
7.1 <b>Área Geográfica de Estudo e sua Justificativa.....</b>	<b>39</b>
7.2 <b>Caracterização dos Municípios.....</b>	<b>39</b>
7.2.1 Itapipoca.....	39
7.2.2 Sobral.....	39
7.2.3 Quixadá.....	40

7.2.4	Ocara.....	40
<b>7.3</b>	<b>Fonte de Dados e Natureza da Amostra.....</b>	<b>40</b>
<b>7.4</b>	<b>Métodos de Análise.....</b>	<b>41</b>
7.4.1	Análise Tabular.....	41
7.4.1.1	Variáveis Estudadas.....	41
7.4.2	Testes de Hipótese.....	42
7.4.2.1	Teste “t” de Student para Dados Não-Pareados.....	42
7.4.2.2	Teste “t” de Student para Dados Pareados.....	43
7.4.2.3	Teste H de Kruskal-Wallis.....	43
7.4.2.4	Variáveis Estudadas.....	44
7.4.3	Análise de Regressão Linear .....	44
7.4.3.1	Variáveis Estudadas.....	45
<b>8</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>46</b>
<b>8.1</b>	<b>Características do Domicílio.....</b>	<b>46</b>
8.1.1	Tipo de Domicílio e Condições de Ocupação.....	46
8.1.2	Material Predominante no Piso, Paredes e Telhado dos Domicílios.....	48
8.1.3	Condições Sanitárias dos Domicílios.....	50
8.1.4	Tipo de Fonte de Água Consumida e Iluminação nos Domicílios.....	52
<b>8.2</b>	<b>Educação.....</b>	<b>56</b>
<b>8.3</b>	<b>Saúde.....</b>	<b>58</b>
<b>8.4</b>	<b>Renda Domiciliar.....</b>	<b>63</b>
<b>8.5</b>	<b>Patrimônio Domiciliar.....</b>	<b>69</b>
<b>8.6</b>	<b>Consumo Alimentar.....</b>	<b>70</b>
<b>8.7</b>	<b>Impacto do Programa sobre os Tipos de Gastos.....</b>	<b>71</b>
<b>9</b>	<b>CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....</b>	<b>73</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a desigualdade social no Brasil, é um grande obstáculo para o desenvolvimento econômico. O País apresenta uma das maiores concentrações de renda no mundo, só perdendo no “*ranking*” para poucos países como Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia. A renda das famílias mais ricas (renda familiar mensal acima de R\$ 10.982,00 em setembro de 2003) corresponde a 75% do total da renda nacional. Entre essas, as 5.000 famílias mais ricas absorvem 45% da renda nacional. (POCHMANN *et al.*, 2004.) Agravando ainda mais esta realidade de extrema desigualdade, adiciona-se a existência de um enorme contingente da população brasileira situado abaixo da linha de pobreza.

Segundo o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas, ao analisar os dados do Censo Demográfico de 2000, adotando o critério de R\$ 60,00 *per capita* mensal como limite da linha de pobreza, 35% da população brasileira, aproximadamente 57,7 milhões de pessoas vivem abaixo desta linha de pobreza. As regiões mais pobres do país situam-se no Norte e Nordeste, onde 13,8 milhões de pessoas viveriam em situação de pobreza extrema e que 26% dos brasileiros nessa situação habitariam nas zonas rurais.

Com efeito, desde o passado colonial e escravocrata, passando pelo modelo de inserção do País no processo de expansão do capitalismo industrial, até os dias atuais, a concentração brutal da riqueza e a persistência das desigualdades sociais e regionais são os elementos mais evidentes da trajetória nacional que evidencia a pobreza no País.

Esta trajetória enfatiza uma discussão importante sobre a desigualdade e pobreza no País, cujas características não podem prescindir da consideração efetiva das causas estruturais que perpetuam as desigualdades sociais e fazem do Brasil um dos países mais assimétricos do mundo. O debate sobre as causas da desigualdade no Brasil tem sido bastante intenso nos últimos anos, sobretudo no que se refere ao papel da acumulação de capital humano na distribuição pessoal de renda. A análise controlada da distribuição da renda do trabalho indica que cerca de 40% da desigualdade de renda observada no Brasil, nas últimas décadas, estão correlacionados com a desigualdade de capital humano (saúde e escolaridade).

A desigualdade de capital humano existente no Brasil é simultânea à elevada participação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Dessa forma, um quadro peculiar observa-se no País: alto retorno de investimento em capital humano convivendo com baixos índices de escolaridade e elevados índices de desnutrição e trabalho infantil.

A erradicação da pobreza e a redução substancial dos níveis de desigualdade no Brasil são metas dificilmente alcançáveis dentro de um prazo razoável sem que se recorra a mecanismos diretos de redistribuição de renda.

A teoria econômica inspirada no modelo keynesiano advoga que o gasto governamental, assim como o privado, gera, no conjunto da economia, por seu efeito multiplicador, renda de valor maior do que o do gasto realizado. *A priori*, a forma dessa variação inicial na despesa tem um impacto imediato e direto sobre a renda daqueles que são beneficiados por esses gastos. Ao receber a referida renda, os indivíduos ampliarão seu consumo de acordo com a propensão marginal a consumir, levando a uma nova ampliação da renda. (BARRO ; SALA-I-MARTIN, 2004.)

Isso acontece porque as transferências de renda, resultantes de políticas de redução da desigualdade, resultam em novas demandas para as empresas que, ao elevarem sua produção, aumentam os pedidos junto a seus fornecedores. Esse processo tem continuidade na cadeia produtiva, tanto das empresas inicialmente beneficiárias da maior demanda estatal, como daquelas vinculadas ao consumo dos trabalhadores e dos demais segmentos da população que aumentaram sua renda.

No caso da transferência de renda às famílias, principalmente junto às definidas como extremamente pobres, a propensão marginal a consumir é das mais elevadas. Como o efeito multiplicador será tanto maior quanto mais elevada for a propensão marginal a consumir, maiores serão os gastos induzidos por essa variação inicial de despesa promovida pela política de transferência de renda, além de um aumento esperado no estoque de capital humano do País.



Com o intuito de promover o desenvolvimento econômico, o Programa Fome Zero foi lançado no final de janeiro de 2003 e anunciado como o carro-chefe da política do governo Lula, incorporando uma série de programas e iniciativas federais preexistentes, dentre eles os programas de transferências de renda do governo FHC. As referidas transferências no governo Lula foram unificadas e os parâmetros anunciados no âmbito do Fome Zero implicavam uma ampliação dos beneficiados e do valor dos benefícios transferidos. Constituindo os pilares do Programa Fome Zero, o Programa Bolsa-Família foi lançado em outubro de 2003, reunindo as diversas iniciativas de transferência de renda do Governo Federal (BRASILa, 2004).

As transferências monetárias no PBF são feitas às famílias pobres que assumem o compromisso de investir na nutrição, na saúde e na educação de suas crianças e nos demais integrantes da unidade familiar, além da participação efetiva do Governo na oferta adequada de serviços públicos.

De acordo com dados do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC), em fevereiro de 2008 havia no Brasil, 11.129.327 famílias beneficiadas pelo Programa, com um volume total de recursos de R\$ 1.716.377.763,00. No Estado do Ceará, 905.595 famílias são beneficiadas pelo Programa, cujo volume de recursos totaliza R\$ 71.443.403,00, o equivalente a 8,32% do dispêndio nacional efetuado pelo Programa, segundo informações da Controladoria Geral da União.

O enorme dispêndio governamental destinado à busca frenética da redução da pobreza e da extensa desigualdade existente no País, vinculado a grande disparidade consensual de estudos que comprovam a importância dos programas de transferência de renda, alavanca a necessidade da avaliação do impacto do Programa sobre o bem-estar das famílias beneficiadas. O Programa Bolsa Família teve impacto na geração de renda das famílias beneficiadas? O PBF contribuiu para a melhoria dos principais indicadores (saúde, estado nutricional e educação) que compõem o capital humano dos membros das famílias beneficiadas conforme propõe o programa? Quais as perspectivas das famílias beneficiadas quando se desvincularem do Programa a longo prazo? No Estado do Ceará nenhum estudo foi realizado para verificar esse impacto. O presente estudo tem por finalidade analisar a eficácia dessa política de promoção do desenvolvimento sustentável, apoiando a trajetória inerente do alcance aos degraus básicos da escada do desenvolvimento.

## **2 OBJETIVO**

### **2.1 Geral**

Avaliar o impacto do Programa Bolsa Família sobre o bem-estar das famílias beneficiadas no Estado do Ceará.

### **2.2 Específico**

- Estudar as características socioeconômicas das famílias beneficiadas.
- Analisar a mudança no comportamento do consumo das famílias atrelado às transferências dos recursos.
- Verificar a variação na quantidade de bens duráveis das famílias após os recursos adquiridos do Programa.
- Comparar o valor e as fontes de renda das famílias beneficiadas com famílias não beneficiadas (potenciais beneficiários) do Programa.
- Avaliar o impacto do Programa sobre a frequência escolar dos membros das famílias beneficiadas.
- Verificar o impacto dos benefícios transferidos sobre o padrão dos gastos das famílias beneficiadas.

### 3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA<sup>1</sup>

O Bolsa-Família é um programa de transferência de renda diretamente às famílias pobres e extremamente pobres que vincula o recebimento do auxílio financeiro ao cumprimento de compromissos (condicionalidades) nas áreas de educação e saúde. Constitui-se, atualmente, o maior programa de transferência de renda já implementado no Brasil. Lançado no dia 20 de outubro de 2003 pelo governo Lula, apresenta como finalidade principal a unificação da gestão e execução dos antigos programas de transferência de renda do Governo Federal, chamados Programas Remanescentes, a saber:

- a) Bolsa-Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 21 de abril de 2001;
- b) Bolsa-Alimentação, instituído pela MP nº 2.206, de 6 de setembro de 2001;
- c) Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002; e
- d) Cartão-Alimentação, instituído pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003.

Os programas “Bolsa-Escola” e “Bolsa-Alimentação”, executados e geridos pelo Ministério da Educação e Ministério da Saúde, respectivamente, exigiam o cumprimento de determinadas condições por parte dos beneficiários. Quanto ao terceiro programa, Auxílio-Gás, não havia cobrança do cumprimento de condicionalidades, mas assemelhava-se com um programa de subsídio à compra de gás de cozinha. Esses três programas vieram somar-se com o quarto e novo programa, criado nos primeiros dias do Governo Lula – Cartão-Alimentação - completando o conjunto de ações que compunham o Programa Fome Zero.

O processo de discussão em torno da unificação dos Programas Nacionais de Transferência de Renda foi impulsionado a partir de um relatório – diagnóstico, elaborado por uma equipe técnica, durante a transição do Governo Fernando Henrique Cardoso para o Governo Luiz Inácio Lula da Silva, no terceiro trimestre de 2002. (SILVA *et al.*, 2006.) A unificação veio, portanto, conferir maior racionalidade administrativa e aumentar a eficácia dessa política no enfrentamento da pobreza.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi lançado como um programa de combate à fome e à pobreza, articulando ações sociais, principalmente associadas a uma política de

---

<sup>1</sup> As informações contidas neste capítulo foram retiradas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Visite o sítio: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

transferência de renda, *a priori*, contribuindo diretamente para a garantia do direito humano à alimentação digna e adequada, os pilares do Programa Fome Zero, integralizando para o cumprimento, a sociedade brasileira e o compromisso do governo, com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Dentre os objetivos básicos do Programa, destacam-se, em relação aos seus beneficiários: “promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; combater a pobreza e promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Decreto nº 5.209 de 17/09/2004, art. 4º.)

A necessidade da criação de parcerias, entre as distintas esferas de governo objetivavam não apenas o desenvolvimento a implantação do PBF mas, especialmente, a procura e a criação de novas oportunidades destinadas às famílias beneficiárias a encontrar novos meios para se auto-sustentarem com garantia de acesso à renda de forma regular.

Durante o processo de implementação, o PBF estava sob a responsabilidade de uma secretaria executiva, vinculada diretamente à Presidência da República (Secretaria Executiva do Programa Bolsa-Família). Após a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em janeiro de 2004, tal atribuição foi transferida para uma secretaria desse novo órgão, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC). Atualmente, esta Secretaria concentra a responsabilidade pela gestão do Cadastro Único, instrumento informatizado de identificação das famílias pobres do País e que permite a seleção dos beneficiários do PBF. O foco do Programa é a unidade familiar. Assim, é necessário que as informações sobre outros membros da família sejam inseridas no Cadastro Único, o que possibilita o acompanhamento das condicionalidades de todos os integrantes. Desta forma, a seleção das famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa-Família é feita a partir das informações geradas pelo Cadastro Único.

Para racionalização do uso dos benefícios do Programa foi atribuída à Caixa Econômica Federal a função de “agente operador” do Programa Bolsa Família, mediante

remuneração e condições a serem acertadas com o Governo Federal, cujas obrigações destacavam-se:

- a) o fornecimento da infra-estrutura necessária à organização e à manutenção do Cadastro Único do Governo Federal, desenvolvendo sistemas de processamento de dados;
- b) a organização e operação da logística de pagamento dos benefícios;
- c) a elaboração de relatórios e o fornecimento de bases de dados necessários ao acompanhamento, ao controle, à avaliação e à fiscalização da execução do Programa Bolsa Família por parte dos órgãos do Governo Federal designados para tal fim.

Com a finalidade da construção de medidas de caráter emergencial - alívio imediato do estado de pobreza - com medidas de médio e longo prazos, permitindo que essas famílias tenham acesso a condições mínimas necessárias para a superação desse problema, o Governo Federal estabelece metas de cobertura para as famílias e dos recursos a serem aplicados pelo PBF.

### **3.1 Características do Programa**

#### **3.1.1 Cadastro Único (CADÚNICO)**

O Cadastro Único surgiu com finalidade a de unificar as informações dos programas de transferência de renda anteriores ao Bolsa Família, desde 2001, através do gerenciamento de um único banco de dados.

É da competência dos municípios realizarem o cadastramento das famílias, por meio da coleta de informações de indivíduos e de domicílios, a partir de formulário padronizado. Reunindo os dados coletados no âmbito local, o Governo Federal utiliza um sistema informatizado nacionalmente padronizado para gerar bases de dados de âmbito federal, estadual e municipal, cujos objetivos principais fundamentam-se em: gerar número de identificação unívoco, chamado de Número de Identificação Social (NIS); verificar a elegibilidade do grupo familiar para o Bolsa Família e outros programas sociais de caráter focalizado.

Cabe destacar dois fatores que repercutem no próprio Cadastro:

- 1) a responsabilidade do município de cadastrar as famílias faz com que sobre ele recaia o custo financeiro e político desse processo, e
- 2) o processo de cadastramento das famílias assumiu diversos formatos e apresentou distintas soluções: cadastramento domiciliar; chamadas para comparecimento das famílias a algum estabelecimento social público para que fossem cadastradas; terceirização do serviço, através da remuneração do contratado por número de famílias cadastradas; e, por último, o cadastramento realizado pelos próprios funcionários municipais, por uma seleção geográfica aleatória na priorização de determinadas áreas onde residiria maior concentração de famílias pobres.

### 3.1.2 Critérios de Elegibilidade

Dentre as famílias inscritas no Cadastro Único podem ser inseridas no Programa Bolsa-Família aquelas cuja renda familiar *per capita* mensal é de, no máximo, R\$ 120,00. As famílias cuja renda *per capita* mensal é de até R\$ 60,00 são elegíveis automaticamente e independentemente de sua composição. Por sua vez, as famílias com renda *per capita* mensal entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00 podem ingressar no Programa, desde que apresentem, em sua composição, crianças e adolescentes até 15 anos, gestantes ou mães que estão amamentando.

Os benefícios estão subdivididos em: básicos e variáveis, de acordo com a composição familiar. Cada família do programa recebe entre R\$ 18,00 e R\$ 112,00 por mês, dependendo da sua situação socioeconômica e do número de crianças e adolescentes até 15 anos, conforme a tabela abaixo:

TABELA 1 - Critério de seleção das famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família

CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE		Ocorrência de Crianças/Adolescentes 0-15 Anos, Gestantes e Nutrizes	Quantidade e Tipo de Benefícios	Valores do Benefício (R\$)
SITUAÇÃO DAS FAMILIAS	RENDA MENSAL <i>Per capita</i>			
Situação de Pobreza	De R\$60,01 a R\$120,00	1 Membro	(1) Variável	18,00
		2 Membros	(2) Variável	36,00
		3 ou + Membros	(3) Variável	54,00
		Sem Ocorrência	Básico	58,00
Situação de Extrema Pobreza	Até R\$60,00	1 Membro	Básico + (1) Variável	76,00
		2 Membros	Básico + (2) Variável	94,00
		3 ou + Membros	Básico + (3) Variável	112,00

Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Um ponto fundamental no desenho do Programa Bolsa-Família refere-se ao cumprimento de condicionalidades, buscando impulsionar a utilização dos serviços públicos de saúde e educação, pela promoção de direitos sociais básicos, do desenvolvimento social e do exercício da cidadania.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os processos de monitoramento nas áreas de educação e saúde são:

- a) Educação: frequência mínima de oitenta e cinco por cento da carga horária escolar mensal, em estabelecimentos de ensino regular, de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade.
- b) Saúde: pré-natal, vacinação e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil e vigilância alimentar e nutricional de crianças menores de 7 anos.

Vale ressaltar que o descumprimento das condicionalidades por parte dos beneficiários não é encarado *a priori* como um fato passível de punição, mas sim como um indicador da vulnerabilidade das famílias que não as cumprem.

O cumprimento depende também da esfera pública, sobretudo nos três níveis de governo, no âmbito de suas atribuições constitucionais que devem ofertar os respectivos serviços e garantir o acesso destes às famílias.

Desta forma, o monitoramento do Programa ganha importância com ênfase nos indicadores que permitem averiguar a própria eficiência do Estado em garantir as condições necessárias para que os beneficiários possam cumprir com as condicionalidades um compromisso compartilhado das famílias e do poder público para a superação da situação de pobreza.

### 3.1.3 Descentralização e Intersetorialidade do Programa

Uma das principais características impostas pelo Programa é a relação entre o Governo Federal e os demais entes da Federação. A Constituição Federal define que é

responsabilidade das três esferas de governo combater a pobreza, apoiar e desenvolver as famílias, implementando políticas que garantam a redução das desigualdades. Como importante estratégia do Governo Federal, a premissa da descentralização permite um novo padrão de relacionamento entre os entes federativos ao enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade, aliando-se aos estados e municípios como parceiros efetivos e co-responsáveis pela execução de políticas com características homogêneas.

O Bolsa-Família procede na concessão de um benefício de assistência social que diverge do padrão tradicional das políticas sociais recentes. O benefício financeiro é transferido diretamente ao beneficiário, sem intermediação do gestor municipal ou estadual.

A ênfase na atenção básica em saúde e no ensino fundamental são serviços de responsabilidade municipal, garantindo o acesso das famílias a tais serviços ofertados. A garantia de qualidade das informações coletadas pelo cadastro único, a adequação entre o perfil das famílias atendidas pelo Programa e os programas complementares por elas demandados também são responsabilidades dos municípios.

Cabe aos estados o relevante papel na implementação de programas complementares para as famílias beneficiárias do Bolsa-Família, com foco nas atividades de geração de trabalho e renda e de apoio às atividades produtivas.

A intersetorialidade é um princípio importante no que concerne à integração das políticas públicas, por exigir atenção permanente do poder público em relação às famílias, de forma a abranger todas as dimensões que denotam sua situação de pobreza. A interação da assistência social com a educação e a saúde forma o alicerce para a construção de um conjunto de atividades que promovem uma transformação social cujas ações de vários setores contribuem para que o Programa atinja seus objetivos.

Desta forma através da base constituída pela educação, saúde e assistência social devem ser assentadas as ações de segurança alimentar e de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.



## 4 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA NO MUNDO

Recentemente, vários outros países têm promovido programas semelhantes ao Programa Bolsa Família no Brasil, dirigidos a vários componentes do capital humano, incluindo educação, saúde e nutrição.

Tais programas de elevada repercussão incluem: o *Programa de Educación, Salud y Alimentación* (PROGRESA), do México, o *Red de Protección Social* (RPS), da Nicarágua, o *Programa de Asignación Familiar* (PRAF), de Honduras, o Programa *Puentes*, do Chile Solidário além de programas da Colômbia e de outras partes do mundo como, por exemplo, Bangladesh.

Nesta sessão, foram escritos os objetivos, o delineamento e o desempenho desses programas, destacando as diferenças de delineamento entre eles e identificando a magnitude dos possíveis benefícios.

### 4.1 *Programa de Educación, Salud y Alimentación (PROGRESA) no México*

Instituído pelo governo mexicano em 1997, o *Progres*a tem múltiplos objetivos que visam a melhorias nos estados educacional, nutricional e de saúde de famílias carentes e, especialmente, de crianças e suas mães. Como no caso do Bolsa Família, ele fornece transferências de dinheiro condicionadas ao cumprimento de atividades que visam a impulsionar o capital humano de seus beneficiários.

A lista de responsabilidades de cada participante inclui a matrícula da criança na escola, além de sua frequência regular ao colégio e à clínica. Além das transferências de renda, as vantagens do Programa incluem benefícios de saúde em espécie e suplementos nutricionais para crianças de até 5 anos, gestantes e nutrizes. Em sua fase final, no início de 2000, incluía aproximadamente 2,6 milhões de famílias em 72.345 localidades de todos os 31 estados mexicanos. O orçamento anual total do Programa em 1999 foi de aproximadamente US\$777 milhões, o que equivale a um pouco menos de 20% do orçamento federal para a redução da pobreza ou a 0,2% do PIB. (SKOUFIAS, 2001.)

Apesar da similaridade entre o *PROGRESA* do México e o Bolsa-Família no Brasil, há algumas outras diferenças de delineamento e administração que podem afetar significativamente os resultados. Uma das diferenças existentes entre os programas é a de que a gestão do programa mexicano é centralizada.

Os governos locais não tiveram nenhum papel decisivo no delineamento, supervisão ou execução do programa. O Governo Federal administrou todas as fases do Programa, inclusive a identificação dos beneficiários, a transferência dos recursos e a imposição do cumprimento das condicionalidades por parte dos integrantes.

Evidências marcantes e provenientes sugerem que a combinação de suplementos nutricionais, transferências de dinheiro e comparecimento a clínicas de saúde teve um efeito positivo e significativo sobre o estado nutricional das crianças. (BEHRMAN ; HODDINOTT, 2000.)

Em 1998, no primeiro ano sob a ação do *PROGRESA* em todas as suas localidades de tratamento, o número de consultas apresentou um crescimento mais rápido do que nas áreas não atingidas pelo Programa. O Programa aumentou o número de primeiras consultas ao pré-natal realizadas durante o primeiro trimestre de gestação. Essa antecipação do pré-natal reduziu significativamente o número de primeiras consultas durante o segundo e o terceiro trimestres de gestação. Esta mudança positiva no comportamento causa uma melhoria significativa na saúde dos bebês e das gestantes.

O custo administrativo pelas transferências de recursos às famílias pobres atendidas é substancialmente pequeno. Segundo um programa de análise de custos, para cada 100 pesos alocados ao Programa, 8,9 foram absorvidos por gastos administrativos. (SKOUFIAS, 2001.)

Por fim, os estudos sugerem que o Programa teve um efeito significativo em termos de aumento no crescimento infantil e de redução na probabilidade das crianças apresentarem baixa estatura para a idade. Parte do impacto sobre o crescimento infantil deve-se aos suplementos nutricionais fornecidos. (IDB, 2002.)

#### **4.2 *La Red de Protección Social (RPS) na Nicarágua***

O RPS é um programa de rede de proteção social que visa a incrementar o estoque de capital humano das crianças vivendo em situação de extrema pobreza nas regiões rurais da Nicarágua. Ele inclui intervenções dirigidas tanto à oferta quanto à demanda, principalmente na forma de transferências de recursos para famílias e incentivos em dinheiro a escolas e serviços de saúde.

Os objetivos principais do Programa incluem: elevar os gastos com alimentação por meio de transferências de recursos, melhorar o estado nutricional e os cuidados com a saúde de crianças menores de 5 anos além de reduzir a evasão escolar durante os quatro primeiros anos de escola primária.

Da mesma forma que o Bolsa-Família no Brasil e o *PROGRESA* do México, a elegibilidade das famílias instituídas pelo RPS depende do cumprimento de várias condicionalidades. Estas incluem a participação no monitoramento do crescimento e a frequência escolar das crianças, bem como na presença às sessões de treinamento em práticas nutricionais e de saúde para os pais ou responsáveis. (IFPRI, 2000.)

A avaliação feita pelo *International Food Policy Research Institute* (IFPRI) mostrou que o RPS teve um efeito significativo sobre os índices de matrículas nas escolas para a população-alvo (crianças entre 7 e 13 anos que ainda não haviam completado a quarta série primária). Antes do Programa, os índices de matrícula nas áreas de intervenção e em áreas-controle eram bastante similares, com aproximadamente 70% das crianças elegíveis matriculadas. Após a implementação do Programa, as matrículas aumentaram 22 pontos percentuais, em média, para crianças que vivem em domicílios beneficiados pelo RPS.

Como descrição própria do Programa, o recebimento das transferências é condicional à frequência escolar por parte dos adolescentes da família, ao comparecimento a serviços médicos e à imunização para crianças pequenas, além do comparecimento dos pais ou responsáveis nas sessões de treinamento bimestrais sobre nutrição, saúde reprodutiva e higienização básica.

Através da imposição no cumprimento das exigências feitas pelo Programa, os beneficiários não recebem uma parcela quando não atendem alguma das condições impostas.

Enfatizando a similaridade na gestão do Programa com o *PROGRESA* do México, o mecanismo de direcionamento do RPS é centralizado, mais uma vez, diferentemente do Bolsa-Família no Brasil.

### **4.3 Programa *Puentes* do Chile Solidário**

Criado em maio de 2002, o Programa *Puentes* do Chile Solidário baseia-se na criação de pontes entre as famílias beneficiadas e todos os programas sociais. A idéia é integrar os programas e canalizá-los para as mesmas famílias.

O Programa consiste na intervenção integral para dar apoio psicossocial às famílias que vivem em extrema pobreza. A metodologia implementada promove na família o desenvolvimento de ações para a melhoria de suas condições de vida e integração na rede de benefícios e serviços sociais que existem a sua disposição. (FOSIS, 2004.)

O Programa conta com três componentes básicos: 1) apoio à família por parte de um assistente social; 2) vários subsídios monetários; e 3) acesso prioritário a outros programas de proteção social.

O Estado oferta serviços sociais essenciais para a implementação de tais direitos sociais, ao mesmo tempo em que exige a frequência escolar e aos serviços de saúde promove também condições fundamentais mínimas para que esses sujeitos sociais, hoje à margem da sociedade, possam reivindicar acesso ao que Amartya Sen chama de “condições necessárias para o desenvolvimento de capacidades essenciais dos indivíduos.” (SEN, 2000, p.157.)

As famílias são convidadas a ingressar no Programa com base numa pontuação calculada em um índice baseado em diversos componentes, os quais são obtidos mediante o preenchimento de um formulário padrão. O índice é composto de quatro subgrupos de indicadores: condições de moradia, educação, inserção no mercado de trabalho e renda.

As famílias beneficiadas possuem acesso prioritário aos programas sociais do governo. Os agentes verificam, em cada família, quais suas necessidades e os programas mais indicados. Em contrapartida, as famílias se comprometem com várias tarefas, tais como: manter os filhos na escola, possuir carteira de identidade, ter as vacinas em dia etc.

Os agentes monitoram as famílias que, depois de 2 anos, podem se graduar se tiverem cumprido todos os requisitos. No Chile, essa integração foi alcançada com êxito no âmbito do programa "Chile Solidário" que reúne mais de 40 linhas de ação, incluindo um programa de estímulo à produção de subsistência.

Durante a permanência das famílias no Programa *Puentes*, o Sistema Chile Solidário garante às famílias um conjunto de subsídios, desde que elas cumpram com os requisitos. Aquelas famílias que cumprem com a totalidade do Programa recebem um Bônus de Ingresso, *Bono de protección a la familia*, que é uma transferência de renda condicionada, cujo objetivo é ajudar as famílias a comprar uma cesta de bens e serviços sem os quais a inclusão social não seria possível. (FOSIS, 2004.)

Após os dois anos iniciais, as famílias continuam a receber um subsídio monetário, o *Subsidio Único Familiar*, além de prioridade garantida no acesso aos serviços públicos que as ajudem a sair do estado de pobreza. Se a família consegue sair da pobreza antes dos dois anos, é automaticamente excluída do Programa pelo próprio assistente social que a acompanha. Outra característica peculiarmente interessante do Programa é que o valor do *Bono* chileno é decrescente, ou seja, o valor deste benefício vai diminuindo progressivamente ao longo dos meses subsequentes (FOSIS, 2004).

#### **4.4 Programa de Asignación Familiar (PRAF) em Honduras**

Honduras tem o terceiro menor PIB *per capita* do Hemisfério Ocidental. Nos 70, nos municípios mais pobres, 87% das famílias encontravam-se abaixo da linha de pobreza internacional (US\$2 *per capita* por dia), 78% abaixo da linha de pobreza nacional (US\$1,55 *per capita* por dia) e 70% abaixo da linha nacional de extrema pobreza (US\$1,24 *per capita* por dia). Menos de 2% dos domicílios têm gastos acima de US\$5 *per capita* por dia. O Programa foi implementado nos 60 municípios mais pobres (IFPRI, 2000).

Assim como no *PROGRESA* e no *RPS*, os objetivos do *PRAF* são amplos e incluem grandes investimentos em educação, saúde e nutrição direcionados para crianças, gestantes e nutrizes provenientes de famílias carentes. O Programa transfere recursos a domicílios beneficiados, impondo condicionalidades à frequência escolar de crianças da primeira à quarta séries e ao comparecimento de gestantes e mães de crianças até 3 anos a serviços de saúde preventiva. Inclui também mecanismos dirigidos à oferta, tais como a destinação de fundos a associações de pais nas escolas e transferências a centros de saúde, visando a melhorar a qualidade dos serviços oferecidos.

O Programa é delineado em dois subgrupos: O *PRAF I*, que inclui um bônus direcionado as famílias mais pobres, cujas conseqüências pela transferência de recursos às famílias carentes são condicionamento à frequência escolar das crianças da 1.<sup>a</sup> à 4.<sup>a</sup> séries, com um numero máximo de 3 filhos por mãe. O *PRAF II* é composto por dois conjuntos de transferências familiares: (a) um bônus escolar destinado a crianças em idade de freqüentar a escola primária, condicional à sua frequência escolar; e (b) um bônus de nutrição e saúde, destinado a gestantes e crianças menores de 3 anos, condicional ao comparecimento regular a serviços de saúde, para avaliação da saúde dos pais e monitoramento do crescimento e da vacinação nas crianças. (IFPRI, 2000.)

O *PRAF* possui também uma característica similar ao *PROGRESA*, *PUENTES* e *RPS*, a centralização da gestão do Programa, o que diverge do Programa Bolsa Família no Brasil. Outro fato interessante a ressaltar é que no *PRAF*, segundo resultados preliminares do desempenho do direcionamento, provenientes do Mesoamerica Nutrition Program Targeting Study Group (MNPTSG, 2001), a capacidade do Programa em alcançar seus objetivos (incrementar a frequência escolar e reduzir a desnutrição), já que, no *Praf*, não foi feito nenhum esforço para monitorar o cumprimento, por parte dos beneficiários, da lista de responsabilidades imposta pelo Programa. Na prática, não houve conseqüências para as famílias que não cumpriram suas responsabilidades. O governo toma conhecimento do descumprimento das exigências e somente exclui a família do Programa se esta retirar a criança da escola. Atualmente não existe nenhum estudo de avaliação de impacto do Programa sobre o bem-estar das família beneficiadas.

## 5 POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL

Segundo Amaral (1998), uma transferência monetária por parte do Estado, destinado às famílias ou indivíduos restritos a suas capacidades, tem por finalidade garantir direitos mínimos individuais como: saúde, educação e cidadania.

Em trabalhos recentes, Medeiros *et al.* (2006), Barros *et al.* (2007), Soares (2006ab) vêm mostrando uma queda contínua da desigualdade no Brasil analisada pelo índice Gini. O dispêndio crescente de recursos transferidos, vinculados ao desempenho eficaz na seleção de beneficiários, fez com que Programas de Transferência de Renda no Brasil, o Bolsa-Família, tivessem um efeito redutor sobre a desigualdade de renda. Por outro lado, Schwartzman (2005; 2006) concluiu que políticas de transferência de renda tivessem impacto limitado e pouco significativo tanto na redução da pobreza quanto na desigualdade. Tal resultado pode-se verificar tanto pela capacidade restrita do volume de recursos transferidos quanto pela ineficácia da gestão desses recursos, devido a distribuição estar focada tanto para atender famílias muito pobres como as menos pobres.

De acordo com Carvalho (2006), a trajetória crescente de recursos do Governo para essas políticas cria uma “ponte” de dependência entre os indivíduos beneficiados e os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR), desestimulando a procura por empregos. Segundo o autor, os principais impactos negativos dos programas são: (1) redução dos incentivos ao trabalho; (2) aumento dos incentivos na divisão familiar; e (3) elevação no grau de dependência dos beneficiários com o Governo.

Soares *et al.* (2006) averiguaram que, durante o período de 1995 a 2004, o índice Gini brasileiro caiu 5%. Para os autores, podem-se atribuir 21% dessa queda às transferências de renda do Programa Bolsa Família, um resultado impressionante considerando que essas transferências constituem 0,5% da renda agregada das famílias. Esta conclusão também foi encontrada por Hoffman (2005), que, de acordo com índice Gini para os anos 2002, 2003 e 2004, apenas 10 a 20% da redução da desigualdade podem ser associados a estes programas.

Existem diversos contra-argumentos que precisam ser examinados no contexto de justificativas para os gastos públicos nas áreas cruciais de promoção ao desenvolvimento

econômico e mudança social. Dentre eles, o problema dos incentivos e efeitos que um sistema de custeio público pode produzir, desincentivando a iniciativa e distorcendo os esforços individuais. “Qualquer transferência pura – redistribuição de renda ou a provisão gratuita de um serviço público – pode potencialmente ter um efeito sobre o sistema de incentivos da economia. Argumentou-se com particular veemência, por exemplo, que um generoso seguro-desemprego pode enfraquecer nos desempregados a determinação de conseguir um emprego e que isso realmente ocorreu na Europa. Dado o óbvio argumento da equidade em favor desse seguro, pode-se ter aqui um problema espinhoso se o potencial conflito revelar-se real e quantitativamente substancial.” (SEN, 2000, p.155.)

A perda de potencialidades das populações pobres e desempregadas que recebem auxílios do governo é também retratada pelo autor sobre outros fatores que comumente não são observados:

No entanto, como as pessoas procuram empregos por várias razões – e não apenas para receber uma renda –, a substituição parcial do salário perdido pelo custeio público pode não ser, de fato, um desincentivo tão grande para que as pessoas procurem emprego, como às vezes se supõe. Na verdade, o alcance e a magnitude dos efeitos desincentivadores do seguro-desemprego não estão nada claros. Não obstante, só um exame empírico seria capaz de verificar o quanto podem ser acentuados os efeitos de desincentivo, para facilitar uma discussão pública bem fundamentada sobre esses temas importantes de política pública, incluindo a escolha de um equilíbrio apropriado entre equidade e eficiência. (SEN, 2000, p.155.)

Outras questões negativas também são enfatizadas pelo autor:

Um sistema de custeio público que exija a identificação da pessoa como pobre (e que seja visto como uma caridade especial àqueles que são incapazes de se sustentar inteiramente por conta própria) tenderiam a produzir alguns efeitos sobre o respeito próprio, bem como sobre o respeito dos outros pela pessoa. (SEN, 2000, p.162.)

Todavia, para o autor, o direcionamento de políticas públicas a um público-alvo é, na verdade, uma tentativa – e não um resultado exato e eficaz. Mesmo em casos nos quais resultados ótimos seriam absolutamente certos, isso não implica, necessariamente, que tentativas sob a forma de políticas públicas através de programas de transferências de renda direcionadas a um público-alvo produziram esses resultados.



Segundo Soares (2006a), a expressiva redução na desigualdade de renda no Brasil, entre 2001 e 2004, pode ser atribuída a dois conjuntos de explicações, em primeiro lugar, decorreu da notória política social do Estado, em particular aos programas de transferência de renda, e, em segundo lugar, do mercado de trabalho. Para o autor, parte dos programas de transferência é indexada ao salário mínimo que tem crescido quase continuamente em termos reais desde 1994, tornando o impacto distributivo potencialmente importante durante o período. Mesmo que o Bolsa-Família tenha contribuído para a redução na desigualdade, de acordo com o autor, foi a desconcentração dos rendimentos do trabalho a responsável por três quartos (3/4) da queda do coeficiente Gini, revelando, assim, um impacto maior sobre a desigualdade ao se comparar com as políticas sociais do Governo.

Programas de transferência de renda, condicionados ou não, podem influenciar nos efeitos de incentivo sobre a renda obtida por meio do trabalho dos membros adultos da família, bem como efeitos sobre o equilíbrio geral. Não obstante, as conseqüências de tais programas sobre o padrão de comportamento das pessoas, de acordo com o método usado para financiá-las, podem causar efeitos secundários, reforçando ou enfraquecendo os efeitos do programa.

Sahn ; Alderman (1995) documentaram os efeitos de incentivo em avaliações de programas realizados em outros países. Para os autores, as famílias beneficiadas poderão sofrer um aumento em suas rendas decorrentes das transferências, que, por sua vez, podem ter efeito negativo sobre a disposição dos membros adultos em aceitar trabalhos mal pagos ou que exijam grande esforço físico.

Outra importante implicação na visão dos autores relaciona-se ao impacto dos programas de transferência de renda sobre as medidas de pobreza. É provável que medidas de pobreza baseadas em renda ou consumo apresentem pouco ou nenhum impacto sobre a pobreza enquanto as famílias estiverem com preferências de alocação do benefício transferido para gastos com lazer. Sobre tais circunstâncias, as famílias podem estar simplesmente preferindo incrementar seu bem-estar por meio de maior quantidade de lazer em vez de por maior consumo de bens e serviços.

Rector ; Lauder (1995) comprovaram que o crescimento das transferências governamentais e o estado de bem-estar limitam a iniciativa dos pobres na busca por emprego e os tornam dependentes das transferências contínuas do governo. Tal entendimento proporciona uma “âncora” comportamental dos beneficiados em continuar na pobreza apenas para receber as transferências sociais. Esta dependência do bem-estar social deturpa os efeitos do crescimento econômico em reduzir a taxa de pobreza, em decorrência de um aumento dos gastos sociais *per capita* às famílias beneficiadas.

De acordo com Lavinias ; Varsano (1997), a probabilidade de uma família beneficiada por um programa de transferência de renda retornar à condição de pobreza com o término do programa, caso não forem instituídos programas paralelos focados na educação e de geração de renda autônoma, é bastante alta. Isto refrata a importância do diagnóstico real das condições de pobreza e melhoria no conjunto de informações detidas pelo Estado.

Entretanto, de acordo com o Relatório “*Primeiros resultados da análise da linha de base da pesquisa de avaliação de impacto do Programa Bolsa-Família*”, elaborado pelo CEDEPLAR-UFMG em maio de 2007, apresenta com relação à ocupação dos adultos uma maior participação no mercado de trabalho dos beneficiários do Bolsa-Família. De acordo com o relatório, das famílias em situação de extrema pobreza, observou-se uma diferença na ocupação de 3,1% maior dos membros adultos e 2,6% para os membros adultos das famílias em situação de pobreza. Isto revela o impacto do Programa sobre os incentivos das famílias, revelando que o PBF não influenciou negativamente o comportamento desta variável.

## 6 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA CONDICIONADA (PTRC) E CAPITAL HUMANO

Programas de transferência condicional de renda apresentam como objetivo a redução dos níveis de desigualdade e pobreza corrente através da transferência de renda para as famílias pobres e a provisão de incentivos para o combate à pobreza futura, por meio da expansão em educação, saúde e estado nutricional, constituindo o capital humano das famílias beneficiadas.

### 6.1 Educação

Além do capital físico, as economias dependem de seu capital humano, ou seja, do estoque de habilidades humanas para a produção. Seguindo a metodologia que inclui este fator no arcabouço do modelo de crescimento neoclássico apresentado por Hall ; Jones (1996; 1999), considera-se que a mão-de-obra em diversas economias possui níveis de instrução e qualificação diferenciados. Sendo assim, avalia-se que o conhecimento ajusta a produtividade do fator trabalho.

A teoria do capital humano tem suas raízes nos anos 1970 e ganhou proeminência no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Becker *et al.* (1990), ganhador do Prêmio de Nobel em 1992 pelo trabalho pioneiro sobre o capital humano, explica-o como, "... conhecimento e habilidades agregadas, cujo desenvolvimento econômico depende dos avanços em conhecimento tecnológico e científico, conseqüentemente o desenvolvimento depende presumivelmente da acumulação de capital humano" (BECKER *et al.*, 1990, p.13).

Diversos pesquisadores diferem de métodos e variáveis para tentar captar corretamente a essência do capital humano. Seguindo a suposição de Lucas (1988), as pessoas gastam o tempo acumulando qualificações, como assim fazem os estudantes que freqüentam a escola. Sendo assim, determinadas economias acumulam mais capital humano dedicando mais tempo ao aprendizado de novas habilidades em vez de trabalhar. Barro ; Lee (1996) fortificam a suposição de que tanto os anos de escolaridade quanto os altos níveis de instrução alcançados representam como as melhores variáveis *proxy* para mensurar o capital humano.

Ainda segundo Rosenzweig (1990), outras medidas comumente utilizadas para mensurar o nível de capital humano são as taxas de educação (alfabetização) ou qualificação. Psacharopoulos (1994) evidencia estimativas sobre os retornos da escolaridade em diversos países. Contudo, baseado nessas estimativas, Hall ; Jones (1996 e 1999) concluíram que os quatro primeiros anos de escolaridade geram uma taxa de retorno de 13,4%, para os quatro anos posteriores, 10,1% e acima de oito anos, 6,8%. Oliveira (2006) mostra que, no Ceará, o retorno do capital humano sobre a taxa de crescimento econômico é quase seis vezes maior do que o retorno do capital físico. Isto revela a importância do capital humano dentro do processo de crescimento.

A inclusão do capital humano nos estudos de desenvolvimento econômico ajuda a explicar por que algumas economias são tão ricas e prósperas, decorrentes de altas taxas de investimento em capital físico, baixas taxas de crescimento populacional, altos níveis de tecnologia e por despenderem de uma parcela considerável de anos de escolaridade acumulando habilidades.

## 6.2 Saúde

Alguns autores: Schultz (1961) ; Kuznets (1966) ; Barro (1998) ; Barro ; Sala-i-Martin (2004); Skoufias (2001) e Romer (2001) mostram que, em períodos recentes, o crescimento sustentável da produtividade total dos fatores, sobretudo da mão-de-obra, está intimamente associada às condições de melhoria na escolaridade, nutrição e saúde da população, conseqüentemente do estoque de capital humano da economia.

A relação entre o estado de saúde médio de uma determinada economia tem sido a forma mais tradicional de se incorporar o estado de saúde em modelos de crescimento. Nesse caso, o estado de saúde é considerado parte do estoque de capital humano, alterando diretamente a capacidade produtiva dos indivíduos. O estado de saúde individual afeta a capacidade produtiva através dos efeitos diretos na produtividade do trabalho e através da redução da oferta de trabalho. Dessa forma, ele é incorporado como uma variável adicional determinante do estoque de capital humano. (BARRO, 1996; MAYER *et al.*, 2000; BLOOM *et al.*, 2001.)

Outro aspecto importante do estado de saúde refere-se à sua possível influência sobre os investimentos em educação. Sociedades com elevadas taxas de depreciação, refletidas especialmente sob os altos níveis de mortalidade, tendem a apresentar menor nível de investimento em educação, uma vez que o custo desse investimento (a longo prazo) pode não ser compensado. Diante de uma expectativa de vida menor, os indivíduos tendem a tomar uma decisão por menor nível de investimento em educação.

### 6.3 Estado Nutricional

Atualmente uma forte restrição à capacidade de desenvolvimento humano e econômico nos países em desenvolvimento, constitui-se na desnutrição de seus habitantes, sendo responsável, direta e indiretamente, por parte substancial dos altos níveis de mortalidade e morbidade controláveis, especialmente entre mulheres e crianças. Estima-se que aproximadamente 50% dos anos de vida ajustados para incapacidade (*disability-adjusted life years – DALYs*) devidos à mortalidade e à morbidade, em nível mundial, podem ser atribuídos à desnutrição. (GILLESPIE ; HADDAD, 2001.)

Além disso, alguns autores, Haas *et al.* (1996); Mcgregor (1998); Martorell *et al.* (1994) confirmaram que, em crianças pequenas, a desnutrição pode prejudicar expressivamente, o desenvolvimento físico, mental e cognitivo, devido à restrição de capacidades básicas tais como a motivação e a curiosidade, e à redução de suas atividades lúdicas e exploratórias. Pollit (1997, 2001) faz revisões de estudos comprovando uma forte correlação entre nutrição e desenvolvimento cerebral de crianças.

Lavy *et al.* (1997); Thomas ; Strauss (1997); Behrman ; Rosenzweig (2001) dentre diversos outros pesquisadores, comprovaram, numa análise microeconômica de dados domiciliares, fortes evidências de uma conexão entre estado nutricional, produtividade e renda domiciliar. Alderman *et al.* (2000) e Glewwe *et al.* (2001) apresentam o impacto do estado nutricional sob o desempenho escolar, revelando um dos fatores primordiais para explicar a qualidade do capital humano.

Segundo Horton (1999), estima-se que na Ásia/África, onde a gravidade da desnutrição atinge seus níveis mais severos, o ônus econômico atribuído aos diversos componentes da desnutrição, anualmente pode alcançar 3% do PIB. Não surpreende, portanto, que a desnutrição seja a causa, além da consequência, da pobreza e de sua transmissão de gerações a gerações. (BRASILb, 2004.)

## 7 METODOLOGIA

### 7.1 Área Geográfica de Estudo e sua Justificativa

O Programa Bolsa-Família (PBF) atua em todos os municípios cearenses. Porém, em alguns municípios observa-se maior concentração de famílias beneficiadas e valor dos benefícios em relação aos demais.

Adotando este critério foram selecionados os municípios de Itapipoca, Sobral, Quixadá e Ocara, representando as macrorregiões de planejamento Litoral Leste, Sobral/Ibiapaba, Sertão Central e Baturité, respectivamente, no Estado do Ceará.

### 7.2 Caracterização dos Municípios

#### 7.2.1 Itapipoca

O município de Itapipoca dista 132 km da capital Fortaleza, ocupando uma área geográfica de 1.614,68 km<sup>2</sup>, o equivalente a 1,08% da área total do Estado. Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará (IPECE), a estimativa da população, em 2006, era de 107.012 habitantes, sendo 53.081 homens e 52.005 mulheres, de acordo com informações contidas no Perfil Básico Municipal de 2007. Segundo o Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC), em março de 2008, 17.482 famílias haviam-se cadastrado no programa sendo 13.085 famílias beneficiadas. Dados no *site* da Controladoria Geral da União (CGU), o valor dos recursos destinados ao município, em março de 2008, era de R\$ 2.222.863,00, o equivalente a 1,55% do volume total do Estado.

#### 7.2.2 Sobral

De acordo com estimativas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará (IPECE), a população do município de Sobral era de 175.814 habitantes em 2006: 85.836 homens (48,82% do total) e 89.978 mulheres (51,18%). O município ocupa 2.122,28 km<sup>2</sup>, correspondentes a 1,43% da área total do Estado. Em março de 2008, as famílias cadastradas no Programa correspondiam a 23.515, sendo 16.802 famílias

beneficiadas. Segundo a Controladoria Geral da União (CGU), em março de 2008, o total de recursos transferidos do Governo Federal relativos ao PBF chegava ao valor de R\$ 2.662.086,00 (1,86% do volume total do Estado).

### 7.2.3 Quixadá

O município de Quixadá, segundo informações do Relatório Perfil Básico Municipal 2007, do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará (IPECE), possui uma área total de 2.019,82 km<sup>2</sup> (1,36% de área relativa), com 74.793 habitantes, sendo 49,27% homens e 50,73% mulheres. Em março de 2008, 10.051 famílias foram beneficiadas pelo Programa de um total de 15.274 famílias cadastradas, de acordo com informações do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC). Segundo dados da Controladoria Geral da União (CGU), os recursos destinados às famílias beneficiadas totalizaram, em março de 2008, R\$ 1.695.282,00 o equivalente a 1,18% do dispêndio nacional.

### 7.2.4 Ocara

Segundo informações do SIBEC, em Ocara, 4.637 famílias elegíveis estão cadastradas no Cadastro Único, sendo 3.811 famílias contempladas pelo Programa. O município é caracterizado por uma área total de 765,37 km<sup>2</sup> a uma distância de 90 km de Fortaleza. De acordo com estimativas do IPECE, a população em 2006 era de 22.882 habitantes distribuídos em 51,79% homens e 48,21% mulheres. Segundo dados da CGU, 0,43% dos recursos aplicados no Programa, em março de 2008, foram destinados ao município, o que equivale a R\$ 621.275,00.

## 7.3 Fonte de Dados e Natureza da Amostra

Os dados utilizados neste estudo são de origem primária e secundária. Os dados secundários foram baseados numa coleta de informações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Controladoria Geral da União (CGU), da Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC) e do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).



Os dados primários foram levantados mediante aplicação de questionários semi-estruturados junto às famílias beneficiadas e não beneficiadas pelo Programa. Em cada município foram entrevistadas 80 (oitenta) famílias, das quais 40 (quarenta) famílias beneficiadas e 40 (quarenta) famílias não-beneficiadas pelo Programa. Assim, o total da amostra foi de 320 famílias, sendo 160 beneficiadas e 160 não-beneficiadas que foram incluídas no Programa mas que ainda não estão recebendo os benefícios do Programa. Dessa forma, ambos os grupos familiares possuem características similares, com exceção do benefício do PBF que permite o estudo comparativo.

A relação das famílias beneficiadas e não beneficiadas (potenciais beneficiários) foram obtidas junto às Secretarias de Ação Social em cada município selecionado. O processo de seleção foi composto pela construção de um limite dividido em 40 (quarenta) intervalos para cada grupo familiar, através de um sorteio aleatório para definir a primeira observação das famílias entrevistadas. A segunda observação seguiu-se somando 40 (quarenta) à primeira, adotando o mesmo padrão de construção de intervalos às demais observações.

## **7.4 Métodos de Análise**

### **7.4.1 Análise Tabular**

A análise exploratória dos dados obtidos foi realizada a partir de tabelas e gráficos. Segundo Gil (2002), essas formas de apresentação de resultados são utilizadas para atender os diversos objetivos e se constituem o estudo, discussão dos dados coletados na amostra, agrupados em quadros contendo informações tais como frequência absoluta e relativa das variáveis selecionadas.

#### **7.4.1.1 Variáveis Estudadas**

Para a análise tabular foram adotadas as seguintes variáveis das famílias entrevistadas: características de domicílio, educação, saúde, renda domiciliar, patrimônio domiciliar, consumo alimentar e impacto do programa sobre os tipos de gastos.

## 7.4.2 Testes de Hipótese

Com o objetivo de verificar a significância dos indicadores adotados que avaliam o bem-estar das famílias entrevistadas, foram realizados testes de hipótese os quais variam de acordo com a natureza da variável analisada, tamanho da amostra e número de amostras analisadas. A seguir são apresentados, de forma sucinta, os testes utilizados.

### 7.4.2.1 Teste “t” de Student para Dados Não-Pareados

O teste “t” de Student para dados não-pareados é um teste paramétrico utilizado para comparação de duas médias. De modo geral, é um dos mais robustos a desvios de normalidade e homogeneidade das variâncias para amostras grandes.

As hipóteses do teste foram:

- hipótese nula –  $H_0: \mu_i = \mu_j$ ; não existem diferenças significativas entre as médias das populações “i” e “j” (i,j=1,2);
- hipótese alternativa –  $H_a: \mu_i \neq \mu_j$ ; existem diferenças significativas entre as médias das populações “i” e “j” (i,j=1,2);

A estatística “t” de Student foi calculada da seguinte maneira:

$$t = \frac{(\bar{X}_i - \bar{X}_j) - 0}{\sigma_{DIF}}$$

Onde,

$\sigma_{DIF}$  é o desvio padrão da distribuição amostral de diferenças;

$\bar{X}_i$  : a média da população “i”;

$\bar{X}_j$  : a média da população “j”;

#### 7.4.2.2 Teste “t” de Student para Dados Pareados

O teste “t” de Student para dados pareados é um teste paramétrico que permite averiguar se as médias de uma população são diferentes quando analisadas, por exemplo, em momentos distintos.

As hipóteses foram:

- hipótese nula –  $H_0$ :  $\mu_A = \mu_B$ ; não existem diferenças significativas entre as médias antes e depois da implantação do PBF;

- hipótese alternativa –  $H_a$ :  $\mu_A \neq \mu_B$ ; existem diferenças significativas entre as médias antes e depois da implantação do PBF.

A estatística “t” de Student foi calculada pela equação a seguir, para o caso de variâncias populacionais não homogêneas:

$$T = \frac{(\bar{X}_A - \bar{X}_B) - (\mu_A - \mu_B)}{\sqrt{\frac{S_A'^2}{n_A} + \frac{S_B'^2}{n_B}}}$$

Onde,

$\bar{X}_A, \bar{X}_B$  são as médias amostrais das populações antes e depois da implantação do PBF;

$\mu_A, \mu_B$  são as médias a serem testadas antes e depois da implantação do PBF;

$S_A'^2, S_B'^2$  são as variâncias amostrais antes e depois da implantação do PBF;

$n_A, n_B$  são o número de observações amostrais antes e depois da implantação do PBF.

#### 7.4.2.3 Teste H de Kruskal-Wallis

O teste H de Kruskal-Wallis é um teste de variância não paramétrico que permite avaliar se existem diferenças significativas entre várias amostras de dados independentes,

desde que as variáveis sejam, no mínimo, nível ordinal. O teste consiste em detectar diferenças entre várias distribuições locais sendo analisado a partir da estatística H:

$$H = \frac{12}{N(N+1)} \sum \left[ \frac{(\sum R_i)^2}{n_i} \right] - 3(N+1)$$

Onde;

N é o número total de dados ou de respondentes;

$n_i$  é o número de respondentes por amostra;

$\sum R_i$  é a soma dos postos por amostra.

$i = (1,2,\dots,k)$

O nível de significância para o teste é baseado na distribuição  $\chi^2$  com k-1 graus de liberdade.

#### 7.4.2.4 Variáveis Estudadas

Para o estudo dos testes de hipótese foram analisadas as seguintes variáveis: características de domicílio, educação, saúde, renda domiciliar, patrimônio domiciliar e consumo alimentar.

#### 7.4.3 Análise de Regressão Linear

Para mediação do impacto dos benefícios transferidos sobre os tipos de gastos, foi adotado um modelo de regressão linear simples descrito a seguir:

$G_{it} = \alpha + \beta B_i + \varepsilon_i$ , no qual,  $G_{it}$  corresponde aos gastos mensais em R\$ realizados pela família beneficiada  $i$  atribuído a natureza do gasto  $t$ , dado o valor mensal do benefício  $B_i$  em R\$. Os parâmetros  $\alpha$  e  $\beta$  foram estimados pelo método MQO e  $\varepsilon$  é a perturbação estocástica não-correlacionada com a variável explicativa  $B_i$ , distribuída normalmente com média zero e variância  $\sigma^2$ .

O parâmetro  $\alpha$  representa a média das despesas segundo o tipo de gasto das famílias beneficiadas, independentemente de receberem o benefício. Já o parâmetro  $\beta$  representa a propensão marginal a gastar, de acordo com o tipo de gasto especificado.

#### 7.4.3.1 Variáveis Estudadas

As variáveis utilizadas, segundo a natureza dos gastos das famílias beneficiadas, para estimação da propensão marginal a gastar dos benefícios transferidos foram: gastos em alimentação, aquisição de roupas, compra de material escolar, em transporte e outros gastos.

## 8 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo é apresentada a descrição das famílias beneficiadas e não beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família (PBF) segundo as características de domicílio; educação; saúde; renda domiciliar; patrimônio domiciliar; consumo alimentar; e o impacto dos recursos transferidos pelo PBF sobre os tipos de gastos das famílias beneficiadas.

### 8.1 Características do Domicílio

#### 8.1.1 Tipo de Domicílio e Condições de Ocupação

A Tabela 2 apresenta a distribuição relativa das famílias beneficiadas e não beneficiadas pelo PBF, de acordo com o tipo de domicílio em cada município pesquisado:

TABELA 2 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo o tipo de domicílio nos municípios selecionados no ano 2007

Tipos de Domicílio	Município								Amostra Total	
	Itaipoca		Ocara		Quixadá		Sobral			
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
Casa	92,5	97,5	100,0	97,5	100,0	100,0	97,5	90,0	97,5	96,3
Cômodo	7,5	2,5	0,0	2,5	0,0	0,0	2,5	10,0	2,5	3,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	1,091		1,000		0,000		1,896		0,412	
Prob>Chi2	0,296		0,317		1,000		0,169		0,521	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Como pode-se observar, a grande maioria das famílias beneficiadas e não-beneficiadas reside em casas. Conforme o resultado do teste de hipótese, a conclusão é estendida a todos os municípios estudados, uma vez que, ao nível de significância de 5% (cinco por cento), foi aceita a hipótese de que não existe diferença significativa entre as proporções de famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo o tipo de domicílio.

São apresentadas na tabela 3 as informações sobre distribuição relativa das famílias segundo a condição de ocupação do domicílio referente a cada município e amostra total e suas respectivas estatísticas H de Kruskall-Wallis:

TABELA 3 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo a condição de ocupação dos domicílios nos municípios selecionados no ano 2007

Condição de ocupação do domicílio	Município								Amostra Total	
	Itapipoca		Ocara		Quixadá		Sobral			
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
Alugado	12,5	12,5	2,5	2,5	2,5	17,5	17,5	7,5	8,8	10,0
Próprio	52,5	57,5	72,5	62,5	85,0	47,5	60,0	62,5	67,5	57,5
Cedido por empregador	12,5	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,1	0,6
Cedido de outra Forma	17,5	27,5	7,5	22,5	7,5	22,5	17,5	27,5	12,5	25,0
Outra condição	5,0	0,0	17,5	12,5	5,0	12,5	5,0	2,5	8,1	6,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	0,001		0,482		0,209		0,976		2,017	
Prob>Chi2	0,975		0,488		0,467		0,323		0,156	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Segundo os dados da Tabela 3, todos os municípios possuem uma proporção maior de famílias, tanto beneficiadas quanto não beneficiadas, com domicílio próprio (52,5 e 57,5% em Itapipoca; 72,5 e 62,5% em Ocara; 85 e 47,5% em Quixadá; 60 e 62,5% em Sobral e 67,5 e 57,5% na amostra total). Tal característica refrata os possíveis esforços das prefeituras dos respectivos municípios na ampliação de infra-estrutura básica e aquisição de casas populares às famílias pobres, tendo em vista que grande parte dos entrevistados reside em domicílios próprios em aquisição, isto é, ainda estão sendo pagos.

Ao nível de significância de 5%, observou-se a hipótese de que não existe diferença significativa entre as proporções de famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo as condições de ocupação do domicílio, um resultado observado tanto para cada município analisado quanto para a amostra total. Este resultado reforça que os dois grupos apresentam características semelhantes, o que torna a análise mais confiável.

## 8.1.2 Material Predominante no Piso, Paredes e Telhado dos Domicílios

Na Tabela 4, pode-se observar as diferenças relevantes quanto à distribuição relativa das famílias segundo o material predominante nas paredes externas dos domicílios das famílias beneficiadas e não-beneficiadas, nos municípios selecionados:

TABELA 4 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o material predominante nas paredes externas dos domicílios nos municípios selecionados no ano 2007

Material predominante nas paredes externas	Município								Amostra Total	
	Itapipoca		Ocara		Quixadá		Sobral		Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)		
Alvenaria	72,5	60,0	0,0	2,5	15,0	17,5	42,5	35,0	32,5	28,8
Tijolo sem revestimento	2,5	15,0	17,5	27,5	20,0	17,5	15,0	30,0	13,8	22,5
Taipa não revestida	20,0	2,5	15,0	10,0	7,5	12,5	7,5	10,0	12,5	8,8
Outro material	5,0	22,5	67,5	60,0	57,5	52,5	35,0	25,0	41,3	40,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	2,078		0,930		0,123		0,002		0,001	
Prob>Chi2	0,149		0,335		0,726		0,964		0,980	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Observou-se que uma proporção considerável das famílias entrevistadas, considerando os municípios de Itapipoca e Sobral, possuem alvenaria como material predominante nas paredes externas de seus domicílios. Com relação à amostra total, a maior frequência ocorre na categoria outros materiais. Nesta categoria encontram-se casas com tijolo revestido. Ainda com relação à amostra total, paredes de alvenaria são o segundo tipo mais freqüente de paredes nas residências dos entrevistados.

Para todos os municípios e amostra total, aceita-se a hipótese que não existem diferenças significativas entre as proporções de famílias beneficiadas e não beneficiadas de acordo com o uso de material predominante nas paredes externas dos domicílios, dado um nível de significância de 5% (cinco por cento).

São apresentadas na Tabela 5 as informações sobre a distribuição relativa das famílias quanto ao uso de material predominante no piso dos domicílios das famílias beneficiadas e não-beneficiadas pelo PBF.



TABELA 5 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo o material predominante no piso dos domicílios nos municípios selecionados no ano 2007

Material predominante no piso	Município								Amostra Total	
	Itapipoca		Ocara		Quixadá		Sobral			
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
Cerâmica, lajota, ardósia	0,0	15,0	0,0	2,5	0,0	0,0	12,5	2,5	3,1	5,0
Cimento	82,5	80,0	95,0	92,5	92,5	90,0	85,0	87,5	88,8	87,5
Terra	15,0	2,5	5,0	0,0	2,5	5,0	0,0	7,5	5,6	3,8
Outro material	2,5	2,5	0,0	5,0	5,0	5,0	2,5	2,5	2,5	3,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	5,797		0,152		0,139		4,305		0,371	
Prob>Chi2	0,016		0,697		0,709		0,038		0,543	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

A maior proporção das famílias, tanto beneficiadas quanto não-beneficiadas, utiliza cimento como material predominante no piso, um resultado verificado tanto para cada município em análise quanto para a amostra total. As informações da Tabela 5 mostram que, dado o nível de 0,05 de probabilidade, não existem diferenças significativas entre as famílias beneficiadas e não-beneficiadas nos municípios de Ocara e Quixadá quanto ao material predominante no piso dos seus domicílios. A análise dos municípios de Itapipoca e Sobral revela uma rejeição da hipótese testada, aceitando uma alternativa de que existem diferenças significativas nas proporções de famílias beneficiadas e não beneficiadas em relação ao material predominante no piso ao nível de significância especificado. No município de Itapipoca percebe-se melhor condição entre as famílias não-beneficiadas pelo PBF.

A Tabela 6 mostra a distribuição relativa das famílias beneficiadas e não beneficiadas de acordo com o material predominante no telhado dos domicílios por município e amostra total assim como suas respectivas estatísticas H de Kruskal-Wallis:

TABELA 6 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o material predominante no telhado dos domicílios nos municípios selecionados no ano 2007

Material predominante no telhado	Município								Amostra Total	
	Itapipoca		Ocara		Quixadá		Sobral			
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
Telha	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	95,0	100,0	98,8
Laje de concreto	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	0,0	0,6
Palha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	0,0	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	0,976		0,000		0,000		2,025		2,006	
Prob>Chi2	0,323		1,000		1,000		0,155		0,157	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Com exceção do município de Sobral, todas as famílias, beneficiadas e não beneficiadas, possuem telha como material predominante no telhado. Para o município de Sobral, a proporção maior concentra-se neste item. Porém, 2,5% das famílias não beneficiadas possuem como material predominante no telhado a laje de concreto e 2,5% a palha. Para todos os municípios e amostra total, aceita-se a hipótese de que não existem diferenças significativas entre a distribuição das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o tipo de material predominante no telhado, considerando o nível de significância de 5%.

As famílias entrevistadas guardam semelhanças quanto às condições de moradia. Este resultado descreve, de forma consistente, a realidade dos municípios estudados onde se verifica que a população pobre já tem acesso a uma moradia menos precária que as tradicionais casas de palha ou taipa, comuns nas áreas rurais do Ceará nas décadas de 1970 e 1980.

### 8.1.3 Condições Sanitárias dos Domicílios

As informações relativas à distribuição percentual das famílias entrevistadas, segundo a quantidade de banheiros no domicílio, são apresentadas na tabela 7.

TABELA 7 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo a quantidade de banheiros nos domicílios dos municípios selecionados no ano 2007\*

Quantidade de banheiros no domicílio(*)	Município								Amostra Total	
	Itapipoca		Ocara		Quixadá		Sobral			
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
0	55,0	75,0	62,5	50,0	85,0	67,5	45,0	57,5	61,9	62,5
1	45,0	22,5	37,5	47,5	15,0	32,5	55,0	42,5	38,1	36,3
2	0,0	2,5	0,0	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	2,192		1,436		3,340		1,235		0,001	
Prob>Chi2	0,139		0,231		0,068		0,266		0,978	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

(\*) Considerando apenas os que têm chuveiro ou banheira e aparelho sanitário.

De acordo com os dados da referida tabela, com exceção do município de Sobral, uma proporção maior das famílias beneficiadas e não-beneficiadas não possui banheiro no domicílio. Em Sobral, 55% das famílias beneficiadas tinham, pelo menos, um banheiro de acordo com o tipo especificado. Apenas nos municípios de Ocara e Itapipoca, 2,5% das famílias não beneficiadas firmavam ter, pelo menos, 2 banheiros, um resultado que repercutiu em 1,3% da amostra total de famílias não beneficiadas. A um nível de 5% de significância, não existe diferença significativa na proporção de famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo a quantidade de banheiros no domicílio.

A Tabela 8 apresenta informações da distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas nos municípios selecionados segundo o tipo de escoadouro do aparelho sanitário no domicílio.

TABELA 8 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o tipo de escoadouro do aparelho sanitário no domicílio nos municípios selecionados no ano 2007

Tipo de escoadouro do aparelho sanitário	Município								Amostra Total	
	Itapipoca		Ocara		Quixadá		Sobral			
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
Rede coletora de esgotos	9,1	21,1	4,5	7,1	17,2	20,0	44,4	38,9	15,5	22,4
Fossa séptica	72,7	52,6	86,4	78,6	58,6	56,0	55,6	33,3	69,0	53,9
Fossa rudimentar	0,0	5,3	0,0	0,0	13,8	16,0	0,0	0,0	5,6	6,6
Vala; céu aberto	9,1	21,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	27,8	1,4	11,8
Outro tipo	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0
Não tem	0,0	0,0	9,1	14,3	10,3	8,0	0,0	0,0	7,0	5,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	0,058		0,400		0,038		0,889		0,005	
Prob>Chi2	0,809		0,841		0,846		0,346		0,945	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

O tipo de escoadouro do aparelho sanitário mais comum entre os entrevistados é a fossa séptica. Neste aspecto percebe-se a condição degradante em que vive a maior parte da população carente dos municípios cearenses. A maioria não possui saneamento básico.

O teste H de Kruskal-Wallis, ao nível de significância de 5%, indicou para todos os municípios e amostra total que não existem diferenças significativas na proporção das famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo tipo o de escoadouro do aparelho sanitário no domicílio. Tal fato fortifica a homogeneidade das características amostrais dos dois grupos, mesmo quanto à existência de subgrupos de teste, comprovado pela estatística mencionada anteriormente.

#### 8.1.4 Tipo de Fonte de Água Consumida e Iluminação nos Domicílios

A Tabela 9 apresenta dados relativos quanto à distribuição das famílias beneficiadas e não beneficiadas nos municípios selecionados, segundo a fonte de abastecimento de água dos domicílios.

TABELA 9 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo a fonte de abastecimento de água do domicílio nos municípios selecionados no ano 2007

Fonte de abastecimento de água	Município								Amostra Total	
	Itapipoca		Ocara		Quixadá		Sobral		Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)		
Rede geral	50,0	42,5	70,0	55,0	37,5	47,5	92,5	87,5	62,5	58,1
Poço na propriedade	0,0	2,5	0,0	0,0	7,5	7,5	2,5	2,5	2,5	3,1
Poço fora da propriedade	0,0	7,5	5,0	7,5	15,0	10,0	0,0	0,0	5,0	6,3
Bica pública; chafariz	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	0,0	0,0	0,0	0,6
Carro pipa	7,5	2,5	0,0	0,0	7,5	0,0	0,0	0,0	3,8	0,6
Cisterna, cacimba	32,5	30,0	22,5	22,5	15,0	5,0	0,0	0,0	17,5	14,4
Riacho, lagoa, açude	7,5	12,5	0,0	5,0	15,0	20,0	2,5	0,0	6,3	9,4
Outra forma	2,5	2,5	2,5	10,0	2,5	7,5	2,5	10,0	2,5	7,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	0,536		1,855		0,114		0,632		1,405	
Prob>Chi2	0,464		0,173		0,736		0,427		0,236	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Os dados da Tabela 9 mostram que a maior proporção das famílias, beneficiadas e não beneficiadas, usufrui de rede geral como principal fonte de abastecimento de água. Em segundo lugar, encontra-se na amostra total, a categoria cisterna e cacimba como fontes principais de abastecimentos de água.

Pode-se atribuir, como causas da melhoria na distribuição de fonte de abastecimento de água para as famílias pobres, a inclusão de programas sociais, como o Programa São José. Segundo o relatório do Banco Mundial – Brasil: *Estratégias de Redução da Pobreza no Ceará* – beneficiou nos últimos 10 anos, mais de 70% da população pobre do Ceará, com um pacote de serviços básicos (eletrificação, sistemas de abastecimento de água, etc.) para comunidades que são raramente atendidas pelos mecanismos tradicionais e centralizados de atendimento.

Tabela 10 são apresentadas As informações quanto à distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas nos municípios selecionados, segundo o tipo de água usada para beber.

TABELA 10 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o tipo de água usado para beber no domicílio nos municípios selecionados no ano 2007

Tipo de água usada pra beber	Município								Amostra Total	
	Itapipoca		Ocara		Quixadá		Sobral		Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)		
Tratada com cloro	32,5	20,0	2,5	10,0	0,0	2,5	37,5	30,0	18,1	15,6
Filtrada	35,0	35,0	15,0	10,0	5,0	5,0	32,5	32,5	21,9	20,6
Fervida	2,5	0,0	5,0	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	2,5
Mineral	5,0	10,0	0,0	0,0	0,0	2,5	0,0	0,0	1,3	3,1
Natural	15,0	22,5	67,5	45,0	90,0	80,0	5,0	7,5	44,4	38,8
Direto da rede	10,0	12,5	10,0	25,0	5,0	10,0	25,0	30,0	12,5	19,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	2,297		0,139		0,000		0,506		1,100	
Prob>Chi2	0,130		0,709		1,000		0,477		0,294	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

De acordo com os dados da Tabela 10, no município de Itapipoca a maior frequência das famílias entrevistadas (35% para ambos os grupos familiares) é observada na categoria água filtrada. Em Ocara e Quixadá, a maioria das famílias beneficiadas e não beneficiadas têm água natural para consumo próprio. Para amostra total, a maior proporção concentra-se em água natural (44,4% e 38,8%), seguida de água filtrada (21,9% e 20,6%) como principal tipo de água utilizado para beber pelas famílias beneficiadas e não-beneficiadas, respectivamente. O teste H de Kruskal-Wallis revelou a inexistência de diferenças significativas entre as proporções de famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo o tipo de fonte de abastecimento de água nos domicílios por município e amostra total, dado o nível de significância de 5%.

As informações da Tabela 11 apresentam a distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas, de acordo com o principal tipo de iluminação utilizada no domicílio dos municípios selecionados.

TABELA 11 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o principal tipo de iluminação no domicílio nos municípios selecionados no ano 2007

Principal tipo de iluminação	Município								Amostra Total	
	Itapipoca		Ocara		Quixadá		Sobral		Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)		
Elétrica	90,0	95,0	95,0	100,0	100,0	97,5	92,5	97,5	94,4	97,5
Gerador	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	0,0	0,6	0,0
Lampião, gás de botijão	2,5	2,5	0,0	0,0	0,0	2,5	0,0	0,0	0,6	1,3
Vela ou lamparina	5,0	2,5	5,0	0,0	0,0	0,0	2,5	2,5	3,1	1,3
Outro tipo	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5	0,0	1,3	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	0,174		2,026		1,000		1,039		2,058	
Prob>Chi2	0,677		0,155		3,170		0,308		0,151	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Para todos os municípios e amostra total, mais de 90% das famílias, beneficiadas e não beneficiadas, têm energia elétrica como principal tipo de iluminação utilizado no domicílio, um resultado bastante discrepante ao ser analisado com os demais tipos de iluminação usados pelas famílias em seus domicílios. Isto revela a eficácia de políticas

públicas relativas aos programas de eletrificação rural e “Luz para Todos” no Estado do Ceará.

De acordo com as informações da Tabela 11, não existem diferenças significativas entre as proporções de famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo o principal tipo de iluminação no domicílio, um resultado observado para todos os municípios e amostra total ao nível de significância de 5%.

A distribuição relativa das famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo o principal destino do lixo domiciliar nos municípios selecionados são apresentados na Tabela 12.

TABELA 12 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o principal destino do lixo domiciliar nos municípios selecionados no ano 2007

Principal destino do lixo domiciliar	Município								Amostra Total	
	Itapipoca		Ocara		Quixadá		Sobral		Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)		
Coletado diretamente Pelo serviço de limpeza	50,0	45,0	30,0	55,0	40,0	67,5	100,0	75,0	55,0	60,6
Queimado ou enterrado	47,5	37,5	65,0	40,0	60,0	30,0	0,0	12,5	43,1	30,0
Jogado em terreno baldio ou logradouro	2,5	17,5	5,0	2,5	0,0	2,5	0,0	12,5	1,9	9,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	1,550		4,248		6,086		8,850		0,262	
Prob>Chi2	0,213		0,039		0,014		0,003		0,609	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Segundo a Tabela 12, as famílias beneficiadas nos municípios de Itapipoca e Sobral têm maior proporção do lixo domiciliar coletado diretamente pelo serviço de limpeza – 50,0% e 100,0% – em comparação com as famílias não beneficiadas. Em Ocara e Quixadá, o lixo queimado ou enterrado foi o principal destino para a maioria das famílias beneficiadas (65,0% e 60,0%). Para a mostra total, a coleta direta junto aos serviços de limpeza e a queima ou enterro foram os principais destinos do lixo domiciliar das famílias beneficiadas e não beneficiadas.

Para os municípios de Ocara, Quixadá e Sobral existem diferenças significativas quanto à proporção de famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o destino do lixo domiciliar; para Itapipoca, comprova-se a inexistência de diferenças significativas entre tais proporções, dado o nível de significância de 5%.

## 8.2 Educação

A Tabela 13 mostra a distribuição relativa do número de membros das famílias beneficiadas segundo a frequência escolar, antes e depois de receberem o benefício por município e amostra total, visando analisar o impacto do programa sobre o comportamento educacional temporal das famílias pobres, cuja restrição de tal variável é, sobretudo, um fator preponderante para torná-las economicamente improdutivas e desestimular o desenvolvimento local.

TABELA 13 - Distribuição relativa do número de membros das famílias beneficiadas segundo a frequência escolar, antes e depois de receberem o benefício nos municípios selecionados no ano 2007

Frequência escolar antes e depois de receberem o benefício	Município								Total	
	Itapipoca		Ocara		Quixadá		Sobral			
	Antes do PBF (%)	Após (%)	Antes do PBF (%)	Após (%)	Antes do PBF (%)	Após (%)	Antes do PBF (%)	Após (%)	Antes do PBF (%)	Após (%)
Sim	46,0	49,1	34,1	40,0	32,7	41,5	40,6	46,4	38,5	44,4
Não	54,0	50,9	65,9	60,0	67,3	58,5	59,4	53,6	61,5	55,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	0,590		3,704		7,535		6,135		15,463	
Prob>Chi2	0,442		0,054		0,006		0,008		0,000	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

A proporção de membros cujas famílias recebem o benefício e frequentam a escola após sua integração ao programa, é superior se comparada antes de receberem o benefício. Os resultados mostram a importância da condicionalidade na educação, cujo objetivo atende eficazmente. Esse resultado reflete que os esforços e gastos do Programa aumentaram a frequência escolar e que poderão, assim, alavancar o desenvolvimento local.

No município de Itapipoca, a frequência relativa dos membros das famílias aumentou entre os dois períodos. Esta diferença, entretanto, não foi significativamente diferente ao nível de 5%. Pode-se justificar como possível causa para esse comportamento,



pelo menos em Itapipoca, a grande proporção já existente de membros que freqüentam a escola. O Programa, no entanto, pode ter provocado um impacto positivo na permanência escolar das crianças. Para os municípios de Quixadá, Sobral e amostra total, a estatística H de Kruskal-Wallis revela diferenças significativas, ao nível de probabilidade de 0,05, entre as proporções das famílias beneficiadas segundo a freqüência escolar com relação antes e depois de receberem os benefícios, mostrando um impacto positivo do Programa sobre o comportamento temporal da freqüência escolar. Estes resultados podem ser atribuídos às crianças mais novas que ainda não estavam em idade escolar antes do Programa e foram inseridas na educação infantil simultaneamente à implantação do PBF assim também como das condicionalidades que incentivaram a adesão escolar.

Considerando os membros das famílias beneficiadas e não beneficiadas nos municípios selecionados, as informações relativas à freqüência escolar são apresentadas na Tabela 14.

TABELA 14 - Distribuição relativa dos membros das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo a freqüência atual de escola nos municípios selecionados no ano 2007

Freqüentam escola atualmente	Município								Total	
	Itapipoca		Ocara		Quixadá		Sobral			
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
Sim	49,1	23,0	40,0	23,5	41,5	23,1	46,4	34,2	44,4	26,0
Não	50,9	77,0	60,0	76,5	58,5	76,9	53,6	65,8	55,6	74,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	24,439		10,202		13,095		5,179		49,915	
Prob>Chi2	0,000		0,001		0,000		0,023		0,000	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Em todos os municípios e amostra total, as famílias beneficiadas possuem proporcionalmente mais integrantes freqüentando a escola em comparação com as famílias não-beneficiadas. Uma variação, entre beneficiários e não beneficiários, na estrutura familiar que freqüenta a escola de 113,48% para o município de Itapipoca, 70,21% para Ocara, 79,65% em Quixadá, 35,67% em Sobral e 70,77% para a amostra total.

A rejeição da hipótese de que não existem diferenças significativas entre o grupo de membros que freqüentam atualmente a escola em relação aos demais membros pertencentes

às famílias não contempladas pelo benefício do Programa, revela o importante avanço na acumulação do capital humano. Um resultado eficaz do ponto de vista das condicionalidades impostas às famílias que recebem o benefício. Vale ressaltar a importância do Programa sobre o comportamento de incentivos nas famílias beneficiadas quanto à frequência escolar, um importante combustível para alavancar o desenvolvimento local sustentável em longo prazo. O maior nível de escolaridade contribui para melhorar e ampliar as oportunidades de trabalho, aumentando a renda familiar e reduzindo consideravelmente a pobreza nos municípios, Estado e País.

De acordo com o IPECE, as taxas de analfabetismo vêm caindo substancialmente no Estado e, em média, nos municípios. Este comportamento prende-se às elevações nas taxas líquidas de escolarização para os ensinos fundamental e médio, dentro da faixa etária correspondente a cada nível. De acordo com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, em 2006 este indicador correspondia a 90,31% para o Ceará; 91,59% para Itapipoca; 92,40% em Ocara; 96,36% em Quixadá e 98,24% em Sobral, apenas para o ensino fundamental. Para o ensino médio, o indicador era menos satisfatório chegando ao patamar de 37,36% para o Estado do Ceará, 39,78% para Itapipoca; 36,25% em Ocara; 44,28% em Quixadá e 44,70% em Sobral.

### **8.3 Saúde**

Esta seção apresenta as condições de saúde dos membros das famílias beneficiadas e não beneficiadas pelo PBF. As condições de saúde das famílias são importantes ferramentas para mensurar a qualidade de vida de seus integrantes, sendo assim um dos pilares essenciais e necessários que compõem o capital humano das famílias.

A Tabela 15 apresenta a distribuição relativa dos membros das famílias beneficiadas e não beneficiadas de acordo com suas condições de saúde considerando a amostra total.

TABELA 15 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo as condições de saúde considerando amostra total no ano 2007

Saúde das famílias entrevistadas	Amostra Total							
	Teve algum problema de saúde nos últimos 30 dias		Precisou de atendimento médico nos últimos 30 dias		Procurou atendimento médico		Recebeu atendimento médico	
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
Sim	10,0	9,5	79,8	87,3	92,6	94,0	93,7	100,0
Não	90,0	90,5	20,2	12,7	7,4	6,0	6,3	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	0,096		1,751		0,083		3,069	
Prob>Chi2	0,757		0,186		0,774		0,080	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

A grande maioria dos membros das famílias beneficiadas e não beneficiadas não teve problema de saúde nos últimos trinta dias, um resultado satisfatório do indicador de saúde que representa parcialmente a qualidade de vida das famílias entrevistadas. Com relação à comparação das distribuições relativas, não existem diferenças significativas entre as proporções dos membros de ambas as famílias em relação a esta variável, dado o nível de significância de 5%.

Do total de membros que tiveram algum problema de saúde nos últimos trinta dias, a grande maioria precisou de atendimento médico. O valor do teste H de Kruskal-Wallis indicou a inexistência de quaisquer diferenças, ao nível de 0,05 de probabilidade, entre as proporções dos membros das famílias beneficiadas e não-beneficiadas que precisaram de atendimento médico nos últimos trinta dias. Esta análise foca a importância do Estado ofertar quantitativamente e qualitativamente serviços básicos de saúde pública, atrelada à busca retórica da condição de *Welfare State*, já que todos que recebem ou não o benefício se encontram sob condições de pobreza e extrema pobreza, contudo limitados de suas capacidades básicas e, sendo assim, dependentes da política social do Governo.

Ainda segundo os dados da tabela, mais de 92% do total de membros que apresentou alguma doença nos últimos trinta dias procurou por atendimento médico no mesmo período. Para todos os municípios e amostra total, aceita-se a hipótese de não haver diferenças significativas entre as proporções dos membros de famílias beneficiadas e não beneficiadas de acordo com suas procuras por atendimento médico nos últimos trinta dias.

Uma proporção de 93,7% das famílias beneficiadas e todas as famílias não beneficiadas que afirmaram ter alguma doença, nos últimos trinta dias, foram atendidas por algum serviço médico. Apenas uma pequena parcela dos membros de famílias beneficiadas (6,3%) não foi atendida. As causas para isso podem ser atribuídas ao esgotamento de vagas nos leitos, tanto em hospitais quanto em postos de saúde públicos, à inacessibilidade das famílias ao serviço prestado devido às condições de distanciamento e locomoção, já que grande parte das famílias se encontra em áreas rurais de difícil acesso. De acordo com o valor do teste ao nível de significância de 5%, aceita-se a hipótese que não há diferenças significativas nas proporções das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo a prestação de serviços médicos.

A Tabela 16 apresenta as informações relativas quanto à distribuição dos membros das famílias entrevistadas de acordo com o lugar da ocorrência do atendimento médico nos municípios selecionados.

TABELA 16 - Distribuição relativa dos membros das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o lugar do atendimento médico nos municípios selecionados no ano de 2007

Onde ocorreu o atendimento médico	Município								Amostra Total	
	Itapipoca		Ocara		Quixadá		Sobral		Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)		
Posto de saúde	50,0	0,0	43,8	54,5	33,3	58,3	87,5	57,1	55,9	44,7
Consultório médico particular	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,3	0,0	1,7	0,0
Ambulatório ou consultório de empresa ou sindicato	0,0	0,0	0,0	0,0	11,1	0,0	0,0	0,0	1,7	0,0
Hospital público/consulta	33,3	60,0	37,5	36,4	44,4	41,7	0,0	35,7	27,1	42,6
Atendimento domiciliar	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1
Hospital/internação	16,7	0,0	12,5	9,1	11,1	0,0	6,3	7,1	11,9	4,3
Outro local	0,0	30,0	6,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	6,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	6,743		0,491		1,129		3,421		1,181	
Prob>Chi2	0,009		0,483		0,288		0,064		0,277	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

A grande maioria dos membros que buscou e foi atendida pelos serviços de saúde recebeu atendimento nos postos de saúde ou hospitais públicos. Isto revela a redução do hiato entre Governo e comunidades pobres e de extrema pobreza, cujos serviços de saúde pública são prescindíveis para as condições básicas de qualidade de vida. De acordo com o teste H de

Kruskall-Wallis, ao nível de 0,05 de probabilidade, revelou uma igualdade estatística entre as proporções das famílias entrevistadas para os municípios de Ocara e Quixadá e amostra total.

A distribuição relativa de ambos os grupos familiares, quanto à assistência do Programa Agentes de Saúde nos municípios selecionados, são apresentados na Tabela 17.

TABELA 17 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas quanto à assistência do Programa Agentes de Saúde nos municípios selecionados no ano 2007

Recebe visitas de Agentes de Saúde	Município								Amostra Total	
	Itapipoca		Ocara		Quixadá		Sobral			
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
Nunca recebe	32,5	50	17,5	7,5	15	5	5	12,5	17,5	16,9
Todo mês	45	30	65	80	67,5	62,5	40	45	54,4	53,1
2 a 3 meses	15	12,5	2,5	5	7,5	12,5	5	2,5	7,6	8,8
Sem periodicidade fixa	7,5	7,5	15	7,5	10	20	50	40	20,6	21,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	1,409		0,122		3,777		1,511		0,128	
Prob>Chi2	0,235		0,727		0,052		0,219		0,721	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Uma proporção considerável das famílias beneficiadas e não beneficiadas é atendida pelo Programa Agentes de Saúde. Isto enfatiza a importância da proximidade entre comunidades carentes e oferta de serviços públicos na área da saúde. Vale ressaltar que ainda existe uma proporção considerável de famílias não atendidas pelo serviço, o que pode ser atribuído às condições estruturais dos serviços como investimentos consideráveis em transportes para que os agentes possam se locomover às comunidades mais remotas. Grande parte das famílias pobres ou em extrema pobreza está inserida em localidades rurais de difícil acesso.

Segundo dados da SEDUC apresentados na Tabela 18, todos os municípios selecionados e o Estado do Ceará desfrutam de uma expansão na capacidade de atendimento do Programa ao longo do período de 2001 a 2005. Isto pode ser atribuído ao aumento na contratação de novos agentes de saúde e na acessibilidade das famílias ao Programa, representando maior eficácia no direcionamento de políticas sociais quanto à saúde pública para famílias pobres e em extrema pobreza.

TABELA 18 - Evolução das famílias acompanhadas pelo programa Agentes de Saúde por município selecionado e Estado do Ceará entre 2001 e 2005

Localidade	2001		2002		2003		2004		2005	
	Freq. Total	Índice Relativo* (%)	Freq. Total	Índice Relativo* (%)	Freq. Total	Índice Relativo* (%)	Freq. Total	Índice Relativo* (%)	Freq. Total	Índice Relativo* (%)
Ceará	74.942	100,00	1.487.895	1985,40	1.247.286	1664,34	4.985.356	6652,29	378.066	504,48
Itapipoca	17.933	100,00	18.527	103,31	14.775	82,39	75.024	418,36	95.173	530,71
Ocara	5141	100,00	5392	104,88	5697	110,82	15513	301,75	23714	461,27
Quixadá	14.985	100,00	16.631	110,98	17.181	114,65	71.929	480,01	72.189	481,74
Sobral	36.883	100,00	38.410	104,14	40.215	109,03	169.456	459,44	186.990	506,98

Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).

(\*) Ano Base=2001

As informações contidas na Tabela 19 apresentam a distribuição relativa dos membros das famílias beneficiadas antes e depois de receberem o benefício do Programa segundo o tipo de doença adquirida considerando a amostra total no ano 2007.

TABELA 19 - Distribuição relativa dos membros das famílias beneficiadas antes e depois de receberem o benefício do Programa, segundo o tipo de doença adquirida, considerando a amostra total no ano 2007

Número de membros familiares que tiveram alguma doença	Total							
	Verminoses		Dengue		Diarréia		Outras Doenças (asma, infecções, gripe, resfriados etc.)	
	Antes (%)	Após PBF (%)	Antes (%)	Após PBF (%)	Antes (%)	Após PBF (%)	Antes (%)	Após PBF (%)
Não tinha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Até 3 membros	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	0,0000		0,0000		0,0000		0,0000	
Prob>Chi2	1,0000		1,0000		1,0000		1,0000	
Média de membros por família	0,0875	0,0812	0,0125	0,0000	0,0625	0,0625	0,2688	0,3500
T-Student	-0,208		-1,419		0,000		1,468	
Prob>tc	0,836		0,158		1,000		0,144	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Com o intuito de analisar a situação antes e após o PBF para as famílias beneficiadas segundo o tipo de doença adquirida, observou-se na Tabela 19 que não houve alterações na proporção dos membros que tiveram alguma doença especificada comparando-se antes e depois de receberem os benefícios do Programa. Cotejando a média dos membros das famílias

beneficiadas antes e depois do recebimento do benefício, observou-se uma relativa queda do indicador quanto às doenças verminoses e dengue. Apesar desta melhoria, as médias não se mostraram estatisticamente diferentes ao nível de significância de 5%. Tal comportamento pode ser atribuído à expansão da capacidade de atendimento dos programas voltados à saúde pública ao longo do tempo, à inocuidade do padrão alimentar ter permanecido constante temporalmente, à melhoria na infra-estrutura local onde as famílias residem através das condições sanitárias básicas dentre outros fatores.

A comparação da saúde dos membros das famílias beneficiadas antes e depois de receberem os benefícios do Programa revela uma melhoria do indicador de saúde que compõe a qualidade de vida de seus integrantes. Porém, o fato das comparações se mostrarem estatisticamente iguais sugere a falta de impacto do Programa quanto à saúde.

A melhoria dos principais indicadores que explicam a evolução do capital humano local revelar-se-á uma condição necessária, mas não suficiente. Os pilares da “inclusão econômica” ainda estão fundamentados por estereótipos ideológicos que comprovam cada vez mais, ao longo do tempo, a necessidade da participação e fiscalização social junto às políticas de desenvolvimento sustentável. A trajetória das políticas públicas que visam alcançar a condição de *Welfare State*, não se restrinjam apenas a resultados de curto prazo, o que o Programa objetivou alcançar, mas também a condição de longo prazo, para que essas famílias possam adquirir uma real “emancipação sustentável” de suas situações de pobreza e extrema pobreza a serem superadas.

#### **8.4 Renda Domiciliar**

Na Tabela 20 é apresentada a distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas, segundo o nível de renda total nos municípios selecionados, seguidos de suas respectivas estatísticas H de Kruskal-Wallis.

TABELA 20 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo o nível de renda total anual nos municípios selecionados no ano 2007

Distribuição da renda total das famílias	Município								Amostra Total	
	Itapipoca		Ocara		Quixadá		Sobral			
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
Até 2 salários mínimos*	0,0	37,5	2,5	30,0	0,0	30,0	2,5	12,5	1,3	27,5
De 2 a 5 salários mínimos	35,0	17,5	52,5	45,0	50,0	32,5	15,0	42,5	38,1	34,4
De 5 a 8 salários mínimos	20,0	7,5	20,0	7,5	35,0	2,5	25,0	15,0	25,0	8,1
De 8 a 10 salários mínimos	7,5	5,0	5,0	7,5	2,5	5,0	7,5	5,0	5,6	5,6
De 10 a 15 salários mínimos	30,0	15,0	15,0	7,5	5,0	27,5	40,0	22,5	22,5	18,1
Acima de 15 salários mínimos	7,5	17,5	5,0	2,5	7,5	2,5	10,0	2,5	7,5	6,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	3,651		7,823		1,968		10,794		20,355	
Prob>Chi2	0,056		0,005		0,161		0,001		0,000	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

(\*) Considerando o salário mínimo R\$ 380,00.

De acordo com as informações apresentadas na Tabela 20, um número substancial das famílias beneficiadas e não-beneficiadas possuem renda de 2 a 5 salários mínimos. As famílias beneficiadas possuem uma distribuição maior de 5 a 8 salários mínimos em relação às famílias não beneficiadas em todos os municípios selecionados e amostra total (20 e 7,5% em Itapipoca; 20 e 7,5% em Ocara; 35 e 2,5% em Quixadá; 25 e 15% em Sobral e 25 e 8,1% na amostra total). De acordo com a estatística H de Kruskal-Wallis para comparação entre proporções, percebe-se a existência de diferenças significativas a um nível de probabilidade de 0,05, nas distribuições relativas dos dois grupos familiares (beneficiadas e não beneficiadas) quanto aos níveis de renda nos municípios de Ocara e Sobral e amostra total. Adotando o mesmo nível de probabilidade, as proporções mostraram-se estatisticamente iguais em Quixadá. Tal fato pode-se atribuir ao valor baixo do benefício recebido pela maioria das famílias beneficiadas nesse município em comparação aos demais.

Na Tabela 21 apresentam-se as informações da distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo o nível de renda parcial anual, de acordo com fontes derivadas do trabalho, atividades não-agrícolas e produção agrícola nos municípios selecionados.



TABELA 21 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo o nível de renda parcial anual nos municípios selecionados no ano 2007

Distribuição da renda parcial das famílias	Município								Amostra Total	
	Itapipoca		Ocara		Quixadá		Sobral			
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
Até 2 salários mínimos*	42,5	50,0	57,5	35,0	47,5	42,5	35,0	22,5	45,6	37,5
De 2 a 5 salários mínimos	20,0	15,0	25,0	45,0	45,0	37,5	20,0	37,5	27,5	33,8
De 5 a 8 salários mínimos	22,5	7,5	10,0	7,5	7,5	2,5	12,5	15,0	13,1	8,1
De 8 a 10 salários mínimos	5,0	5,0	2,5	7,5	0,0	7,5	10,0	5,0	4,4	6,3
De 10 a 15 salários mínimos	10,0	12,5	2,5	5,0	0,0	10,0	17,5	17,5	7,5	11,3
Acima de 15 salários mínimos	0,0	10,0	2,5	0,0	0,0	0,0	5,0	2,5	1,9	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Teste H-KW	0,002		2,747		1,104		0,034		2,821	
Prob>Chi2	0,963		0,097		0,293		0,855		0,093	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

(\*) Considerando o salário mínimo R\$ 380,00.

Considerando a amostra total, observou-se que a grande maioria das famílias beneficiadas e não beneficiadas possuem até 5 salários mínimos. Uma pequena contração de famílias distribui-se na faixa salarial de 10 a 15 salários mínimos. Em todos os municípios e amostra total não existem diferenças significativas entre as proporções das famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo suas rendas parciais, dado o nível de significância de 5% (cinco por cento). Entretanto, 1,9% das famílias beneficiadas e 3,1% das famílias não-beneficiadas possuem renda superior a 10 salários mínimos, o que torna crível a possibilidade desta proporção de famílias que recebem ou são qualificadas a receber os benefícios não pertencerem ao conjunto factível de elegibilidade.

Embora a questão do clientelismo exija estudos adicionais para poder ser avaliada de forma mais consistente, outros problemas relacionados à seleção de beneficiários, como o do vazamento e da subcobertura, podem ser avaliados por indicadores convencionais de desempenho, como o “erro de inclusão”, que representa o vazamento das famílias não-elegíveis e o “erro de exclusão”, indicando a percentagem da população elegível fora do Programa. De acordo com a *Nota de Avaliação do Impacto do Programa Bolsa-Família* (2007), publicada pelo *Centro Internacional de Pobreza* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 59% dos pobres não eram beneficiados pelo Programa em comparação com 70% no México pelo programa *Oportunidades*. Entre os beneficiários do *Oportunidades*, 36% eram famílias não-elegíveis e 49% entre os beneficiários do Bolsa-Família.

Tais indicadores podem viesar a objetividade do Programa, dada a alocação ineficiente dos gastos a um público-alvo que deixa de ser atendido, à medida que novas famílias não-elegíveis passam a receber os benefícios devido a falhas da matriz institucional que não fiscaliza a aplicação desses recursos. Este comportamento deteriora a importância do Programa e gera uma inconsistência da política social do Governo.

As informações relativas às fontes de renda das famílias beneficiadas e não beneficiadas nos municípios selecionados são apresentadas na Tabela 22.

TABELA 22 - Valor absoluto e relativo da renda total média anual das famílias beneficiadas e não beneficiadas segundo o tipo de fonte de renda nos municípios selecionados no ano 2007

Fontes de Renda	Itapipoca				Ocara				Quixadá				Sobral				Amostra total			
	Benef.		Não-Benef.		Benef.		Não-Benef.		Benef.		Não-Benef.		Benef.		Não-Benef.		Benef.		Não-Benef.	
	Freq. Absol. (R\$)	Freq. Rel. (%)	Freq. Absol. (R\$)	Freq. Rel. (%)	Freq. Absol. (R\$)	Freq. Rel. (%)	Freq. Absol. (R\$)	Freq. Rel. (%)	Freq. Absol. (R\$)	Freq. Rel. (%)	Freq. Absol. (R\$)	Freq. Rel. (%)	Freq. Absol. (R\$)	Freq. Rel. (%)	Freq. Absol. (R\$)	Freq. Rel. (%)	Freq. Absol. (R\$)	Freq. Rel. (%)	Freq. Absol. (R\$)	Freq. Rel. (%)
Trabalho permanente ou temporário (A)	1143,30	31,97	1619,55	53,05	738,47	28,61	1266,95	70,41	566,20	20,62	1301,40	55,82	2250,00	52,67	2143,50	83,88	1174,49	35,66	1582,85	65,06
Atv. Não-agrícolas ou comerciais (B)	127,50	3,57	343,50	11,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,25	0,23	76,80	1,80	54,00	2,11	51,07	1,55	100,68	4,14
Produção agrícola (C)	318,28	8,90	138,52	4,54	452,28	17,52	209,96	11,67	439,52	16,01	112,73	4,84	68,37	1,60	51,90	2,03	319,61	9,70	128,28	5,27
Outros rendimentos (D)	912,00	25,50	949,05	31,09	432,00	16,73	318,00	17,67	684,00	24,91	684,00	29,34	822,00	19,24	192,00	7,51	712,50	21,63	535,76	22,02
<b>A+B+C</b>	<b>1589,08</b>	<b>44,43</b>	<b>2101,57</b>	<b>68,84</b>	<b>1190,76</b>	<b>46,13</b>	<b>14,76</b>	<b>0,82</b>	<b>1005,72</b>	<b>36,63</b>	<b>1419,38</b>	<b>60,88</b>	<b>2395,17</b>	<b>56,07</b>	<b>2249,40</b>	<b>88,03</b>	<b>1545,18</b>	<b>46,91</b>	<b>1811,81</b>	<b>74,48</b>
<b>Renda Total*</b>	<b>3576,28</b>	<b>100,00</b>	<b>3052,87</b>	<b>100,00</b>	<b>2581,56</b>	<b>100,00</b>	<b>1799,41</b>	<b>100,00</b>	<b>2745,77</b>	<b>100,00</b>	<b>2331,38</b>	<b>100,00</b>	<b>4271,67</b>	<b>100,00</b>	<b>2555,40</b>	<b>100,00</b>	<b>3293,82</b>	<b>100,00</b>	<b>2432,76</b>	<b>100,00</b>
(A) estat. t-student		-1,1780				-1,9430					-2,8990			0,2060					-2,0850	
Prob>tc		0,2430				0,0560					0,0050			0,8370					0,0380	
(B) estat. t-student		-1,1730				-					-1,0000			0,2600					-0,9550	
Prob>tc		0,2440				-					0,3200			0,7960					0,3400	
(C) estat. t-student		1,2860				2,4670					3,3990			0,4090					3,7330	
Prob>tc		0,2020				0,0160					0,0010			0,6840					0,0000	
(D) estat. t-student		-0,0750				0,4140					0,0000			1,8270					0,8920	
Prob>tc		0,9400				0,6800					1,0000			0,0720					0,3730	
A+B+C estat. t-student		-1,0990				-0,9390					-1,6050			0,2830					-1,3000	
Prob>tc		0,2750				0,3510					0,1130			0,7780					0,1940	
Renda Total estat. t-student		0,8630				1,9900					0,8220			3,3490					3,2970	
Prob>tc		0,3910				0,5000					0,4140			0,0010					0,0010	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

(\*) A renda total corresponde a (A+B+C+D+(E=Benefícios do Programa)) para as famílias beneficiadas e (A+B+C+D) para as famílias não-beneficiadas.

A renda provinda do trabalho e de atividades não-agrícolas das famílias beneficiadas é inferior comparada com a das famílias não-beneficiadas. Rendas provindas da produção agrícola das famílias beneficiadas são levemente maiores em relação a não beneficiadas. Um teste de comparação de médias revela que nos municípios de Ocara, Quixadá e amostra total, a renda média proveniente do trabalho (A) das famílias beneficiadas é estatisticamente menor ao nível de significância de 5%. Tal fato sugere a falta de políticas públicas municipais e estaduais voltadas à geração de emprego e renda para as famílias beneficiadas, o que se pode constituir maior dependência na política social do Governo Federal. As informações da tabela mostram ainda que a renda média proveniente do trabalho, das atividades agrícolas e não-agrícolas das famílias beneficiadas é inferior quando comparada com a renda média das famílias não-beneficiadas. Entretanto, esta diferença não se mostrou estatisticamente diferente ao nível de probabilidade de 0,05 nos municípios selecionados e para a amostra total.

Segundo Sahn ; Alderman (1995), em um dos raros estudos sobre este tópico, comprovaram efeitos significativamente grandes no tocante à oferta de trabalho em decorrência de programas de subsídios no Sri Lanka. Os autores evidenciaram uma resposta negativa na provisão de trabalho em decorrência da existência de programas de transferência de renda.

A afirmação da hipótese de “dependência do estado de bem-estar social”, segundo os autores Fomby *et al.* (2001), pode ser verificada pela participação menor da renda derivada de atividades produtivas das famílias beneficiadas em comparação com as famílias não-beneficiadas. Esta “dependência social” pode ser atribuída ao caráter de escolha própria das famílias em continuar a receber as transferências dos benefícios, ou na redução da disposição dos membros das famílias em aceitar trabalhos mal remunerados. (SAHN ; ALDERMAN, 1995.)

Em entrevista à Revista Valor Econômico, em março de 2008, o criador do Grameen Bank de Bangladesh e ganhador do Prêmio Nobel, Muhammad Yunus, critica o modelo do Programa Bolsa-Família ao afirmar: “A idéia de bolsa não me parece adequada. Este mecanismo geralmente inibe o potencial das pessoas de empreender.” Yunus ainda afirma que “o acesso ao capital, mesmo que em pequena escala, pode transformar a vida das famílias pobres, mas desde que seja usado para gerar renda.” Em sua visão, o dinheiro doado em

caráter assistencial pode ser usado apenas uma vez; entretanto, o dinheiro investido em um negócio auto-sustentável é “reciclado de forma infinita”.

## 8.5 Patrimônio Domiciliar

Nesta seção apresentam-se as características do patrimônio domiciliar das famílias beneficiadas e não-beneficiadas da amostra total, considerando os principais itens: antena parabólica, aparelho de som, fogão a gás, geladeira e televisão. Tal análise permite verificar o impacto do PBF sobre o padrão de comportamento nos gastos em aquisição de bens duráveis pelas famílias que recebem os benefícios.

As informações relativas à existência dos principais itens que compõem o patrimônio domiciliar das famílias beneficiadas e não beneficiadas são apresentadas na Tabela 23.

TABELA 23 - Distribuição relativa das famílias beneficiadas e não-beneficiadas segundo os principais itens que compõem o patrimônio domiciliar considerando a amostra total no ano 2007

Possui patrimônio?	Antena parabólica		Aparelho de som		Fogão a gás		Geladeira		Aparelho de TV	
	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)	Famílias Beneficiadas (%)	Famílias Não-Beneficiadas (%)
Sim	35,0	23,8	29,4	37,5	80,6	70,0	58,1	47,5	17,5	26,3
Não	65,0	76,3	70,6	62,5	19,4	30,0	41,9	52,5	82,5	73,8
Total	100,0	100,0	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100	100,0
Teste H-KW	4,865		2,049		4,842		3,612		3,229	
Prob>Chi2	0,027		0,152		0,027		0,057		0,072	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Os dados apresentados na Tabela 23 mostram que uma proporção considerável das famílias entrevistadas não possui em seus domicílios os itens de patrimônio: antena parabólica, aparelho de som e televisão.

As famílias beneficiadas, considerando a amostra total, desfrutam de uma condição mais favorável ao possuir os itens antena parabólica, fogão a gás e geladeira (35%, 80,6% e 58,1%, respectivamente) numa proporção maior em comparação com famílias não-

beneficiadas (23,8%, 70,0% e 47,5%). A distribuição das proporções considerando os itens de patrimônio, antena parabólica e fogão a gás revelaram-se estatisticamente diferentes ao nível de significância de 5%. Analisando a existência de aparelhos de TV e geladeira nos domicílios das famílias entrevistadas, a estatística de teste mostrou uma diferença significativa entre as proporções somente ao nível de 10% de significância,

O PBF mostrou ter um impacto positivo e significativo sobre o patrimônio das famílias beneficiadas comparando com as famílias não-beneficiadas, analisado pela maioria dos itens especificados entre os grupos familiares selecionados.

## 8.6 Consumo Alimentar

Esta seção abrange o comportamento das famílias beneficiadas e não beneficiadas com relação ao consumo médio mensal dos principais itens que compõem a cesta alimentar básica: arroz, farinha, açúcar, feijão, carne de frango, peixe, macarrão e pão.

As informações contidas na Tabela 24 mostram o padrão de comportamento do consumo médio de acordo com os principais itens especificados considerando a amostra total.

TABELA 24 - Consumo médio mensal dos principais itens que compõem a cesta alimentar básica das famílias beneficiadas e não-beneficiadas considerando a amostra total no ano 2007

Principais itens que compõem a cesta alimentar mensal	Arroz		Farinha		Açúcar		Feijão		Carne de Frango		Peixe		Macarrão		Pão	
	Fam. Benef. (Kg)	Fam. Não-Benef. (Kg)	Fam. Benef. (Kg)	Fam. Não-Benef. (Kg)	Fam. Benef. (Kg)	Fam. Não-Benef. (Kg)	Fam. Benef. (Kg)	Fam. Não-Benef. (Kg)	Fam. Benef. (Kg)	Fam. Não-Benef. (Kg)	Fam. Benef. (Kg)	Fam. Não-Benef. (Kg)	Fam. Benef. (Kg)	Fam. Não-Benef. (Kg)	Fam. Benef. (Kg)	Fam. Não-Benef. (Kg)
Média Mensal	14,87	10,40	8,84	6,63	11,17	9,33	19,04	9,47	5,60	4,45	2,44	2,09	6,23	5,13	56,93	44,78
Estat.t-student	5,019		1,643		2,295		4,289		1,916		1,117		1,969		1,181	
Prob>tc	0,000		0,101		0,022		0,000		0,056		0,265		0,050		0,239	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

De acordo com os dados da Tabela 24, a média de consumo em cada item considerado é superior nas famílias beneficiadas, comparadas com aquelas não-beneficiadas. Contudo, algumas médias não se mostraram estatisticamente diferentes mesmo ao nível de significância de 10%, dentre elas o consumo mensal de farinha, peixe e pão. O consumo

médio de macarrão (6,23 e 5,13), arroz (14,87 e 10,40) e feijão (19,04 e 9,47) das famílias beneficiadas e não-beneficiadas, respectivamente, mostrou-se estatisticamente diferente ao nível de 5%. Verificou-se que o consumo médio de carne de frango de ambos os grupos das famílias entrevistadas foi diferente ao nível de 10% de probabilidade.

O aumento verificado no consumo dos alimentos básicos através da comparação dos valores médios dos principais itens que compõem a cesta alimentar entre os dois grupos familiares sugere que o PBF teve impacto direto sobre o padrão de consumo dos alimentos especificados.

### 8.7 Impacto do Programa sobre os Tipos de Gastos

Nesta seção apresenta-se o impacto do PBF sobre o padrão dos gastos mensais das famílias beneficiadas. Será reportada a estimativa da propensão marginal a consumir alimentos, aquisição de roupas, material escolar, transporte e outros (gastos com contas de luz, água, gás entre outros), dados os valores dos benefícios transferidos. Como forma de obtenção das estimativas foi utilizado o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

As informações relativas às estimativas dos parâmetros são apresentadas na Tabela 25.

TABELA 25 - Estimativas dos Mínimos Quadrados Ordinários segundo a natureza dos gastos mensais considerando a amostra total no ano 2007.

Regressor	Variável dependente				
	Gastos com Alimentação (1)	Gastos com Roupas (2)	Gastos com Material Escolar (3)	Gastos com Transporte (4)	Outros Gastos (5)
Constante	7,6949	-4,1079	-5,0793	0,5195	1,5942
Valor-P da estat. t-student	0,1397	0,2549	0,0654	0,6464	0,5072
Benefício	0,7149	0,1268	0,1258	0,0140	0,0069
Valor-P da estat. t-student	0,0000	0,0018	0,0001	0,2640	0,7962
R <sup>2</sup>	0,4950	0,0603	0,0981	0,0079	0,0004

Fonte: Resultados da Pesquisa.

De acordo com as informações da tabela, o maior valor da propensão marginal é com gastos em alimentação (0,72). Sendo assim, para cada R\$ 1,00 de recursos transferidos às famílias beneficiadas, em média 72 centavos são gastos apenas com alimentação. Um valor alto e teoricamente esperado, visto que famílias pobres e em extrema pobreza demandam essencialmente mais por produtos alimentícios. (ALDERMAN *et al.*, 1997.) Isto comprova a importância do Programa no impacto direto do estado nutricional das famílias que pode ser atribuído numa maior diversificação alimentar após as transferências dos benefícios. O poder de explicação do modelo mostrou-se relevante; 49,50% da variabilidade dos gastos com alimentação são explicados pelos benefícios do Programa. A propensão marginal de gastos com transporte e outros gastos mostraram-se estatisticamente insignificantes ao nível de 10%. Observou-se ainda que, para cada real transferido pelo Governo através do PBF, aproximadamente 13 centavos são utilizados na compra de material escolar e aquisição de roupas.

A estimação do modelo permite avaliar o impacto do Programa direto no padrão comportamental das famílias beneficiadas. Este padrão mostrou uma correlação forte entre os recursos transferidos, gastos com alimentação e educação, enfatizando a objetividade das políticas públicas no curto prazo à condição de *Welfare State*. Cabe ressaltar que o cumprimento das ações básicas não se restringe apenas neste percurso, mas na busca de um equilíbrio eficiente e mais equitativo a longo prazo.



## 9 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

A avaliação do impacto, mediante a comparação com famílias não beneficiadas (potenciais beneficiários) cadastradas no Cadúnico, revelou uma importante influência no padrão comportamental das famílias que recebem os recursos transferidos, sobretudo na educação e aspectos alimentares, contribuindo para a acumulação de capital humano nas famílias beneficiadas pelo Programa no Estado do Ceará.

As famílias entrevistadas possuem características bastante similares quanto aos aspectos de tipo e condições de ocupação de seus domicílios, do material predominante no piso, paredes e telhado de suas casas, das condições sanitárias e da predominância do tipo da fonte de água utilizada e iluminação.

Ocorre uma evolução importante, após a inclusão no Programa, da frequência escolar dos membros dessas famílias beneficiadas, revelando uma busca eficaz através das condicionalidades e da melhoria do capital humano local.

As famílias beneficiadas pelo Programa apresentam um aumento importante de suas restrições orçamentárias após a incorporação dos benefícios no montante da renda familiar. Porém, a renda média proveniente de atividades do trabalho e não agrícola dessas famílias revelou-se inferior em comparação ao outro grupo familiar, indicando certa dependência entre essas famílias beneficiadas e a política pública de bem-estar social. Isso reforça o caráter paternalista/assistencialista do Programa.

Com relação ao patrimônio das famílias beneficiadas, o PBF apresenta um impacto positivo. Quanto aos itens antena parabólica, fogão a gás e geladeira, que compõem o patrimônio das famílias entrevistadas, os beneficiários do Programa possuem uma proporção maior e significativa destes itens em seus domicílios em comparação com as famílias que não recebem os benefícios.

A influência dos benefícios do PBF sobre o consumo de alimentos mostra que o Programa está desempenhando um papel importante na melhoria das condições alimentares da população mais pobre.

As famílias gastam os recursos advindos do Programa em maior proporção com alimentação (aproximadamente 72 centavos para cada R\$ 1,00 de benefício transferido) e com material escolar e aquisição de roupas (aproximadamente 13 centavos para cada R\$ 1,00 de benefício transferido).

O PBF contribuiu para a acumulação de capital humano local através da melhoria dos indicadores de saúde, de educação e do estado nutricional das famílias beneficiadas.

Os governos estaduais e municipais deveriam disponibilizar políticas públicas que influenciem outros tipos de capital tais como: capital empresarial, capital natural, capital público institucional e capital de conhecimento. Esse conjunto de capitais necessário à geração de emprego e renda para as famílias beneficiadas, possibilita ao longo desta trajetória, a superação das condições de pobreza e extrema pobreza no qual essas famílias se encontram, permitindo somente assim, desvinculação do Programa a longo prazo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDERMAN, H. et al. **Child health and school enrollment: a longitudinal analysis**. Washington, DC: Banco Mundial, 2000.

AMARAL, C. **Programas de renda mínima e Bolsa-Escola: concepção, gestão e financiamento**. Brasília: IPEA, n.º.17, jun. 1998.

BANCO MUNDIAL. **Nicaragua poverty assessment, challenges and opportunities for poverty reduction**: report n. 20488-NI. Washington, DC: Banco Mundial, 2001.

BARRO, R.J. **Determinants of economic growth : A cross-country empirical Study**. Cambridge (MA) : MIT Press, 1998.

\_\_\_\_\_. LEE, J. W. International measures of schooling years and schooling quality. **The American Economic Review**, San Francisco, v. 86, n.2, p.5-7, jan, 1996.

\_\_\_\_\_. **Health and Economic Growth**, Annex I of the Convocatoria para propostas de investigação sobre Inversión en Salud y Crecimiento Económico de la Organización Panamericana de la Salud, 1996.

\_\_\_\_\_; SALA-I-MARTIN, X. **Economic Growth**. New York: McGraw Hill, Inc., 2004.

BARROS, R. P. ; CARVALHO, M. de.; FRANCO, S.; MEDONÇA, R. **Determinantes imediatos da queda da desigualdade brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2007.

BECKER, G. , MURPHY, K. M., ; TAMURA, R. Human capital, fertility, and economic growth Problem of Development: A Conference of the Institute for the Study of Free Enterprise Systems . **The Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, p.S12-S37, oct. Part 2, 1990.

BEHRMAN, J. R. Intrahousehold distribution and the family. In: ROSENZWEIG, M. R; STARK, O. (Ed). **Handbook of population and family economics**. Amsterdam: North-Holland, 1997.

BEHRMAN, J. R; HODDINOTT, J. **An Evaluation of the impact of PROGRESA on pre-school child height**. International Food Policy Research Institute, Washington, D.C., 2000.

BLOOM, D. E., CANNING, D. ; SEVILLA, J. **The Effect Of Health On Economic Growth :Theory And Evidence**. Cambridge: National Bureau of Economic Research. 2001. (Working Paper 8587).

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Análise comparativa dos Programas de Proteção Social – 1995 à 2003. Abril de 2004**. Disponível em: <URL:<http://www.fomezero.gov.br>> Acesso em: 10 jan. 2008.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Avaliação do Programa Bolsa Alimentação: Relatórios primeira e segunda fases**. Brasília: MS, 2004.

CARVALHO JR, P. H. **Análise do gasto da união em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais: 1995-2004.** Brasília: IPEA , nov. 2006.

FONDO DE SOLIDARIDAD E INVERSIÓN SOCIAL – FOSIS. Santiago, Chile, 2004. (Série reflexiones desde El Puente).

FORMBY, J. P.; HOOVER, G. A.; KIM, H. Economic growth in the United States: comparisons of estimates based upon official poverty statistics and Sen's index of poverty. **Journal of Income Distribution**, v.10, p.6-22, 2001.

GILLESPIE, P. HADDAD, L. **Attacking the double burden of malnutrition in Asia and the Pacific.** Synthesis of the Regional Technical Assistance Project 5824 on Nutrition Trends. Manila; Philippines: Asian Development Bank. 2001. 179p.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GLEWWE, P.; JACOBY, H.; KING, E. Early childhood nutrition and academic achievement: a longitudinal analysis. **Journal of Public Economics**, v.81, n.3, p. 345-368, sept. 2001.

HAAS, J., S.; MURDOCH, J. Rivera; MARTORELL, R. L. **Early nutrition and later physical work capacity.** *Nutrition Reviews*, n. 54, p. S41-S48, 1996.

HALL, R.E. ; JONES, C.I. Why do some countries produce so much more output per worker than others? **Quarterly Journal of Economics**, v.114, p. 83-116, 1999.

\_\_\_\_\_ ; JONES, C. I. The Productivity of Nations. **NBER Working Paper Series**, n. 5812, nov. 1996. 49p.

HOFFMAN, R. As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2 p. 335-341, dez. 2005.

HORTON, S. Opportunities for investments in nutrition in low-income Asia. **Asian Development Review**, v.17, n. 1/2, p. 246-73, 1999.

INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK (IDB). **IDB approves its largest-ever loan for Mexico: \$1 billion for expansion of the PROGRESA poverty-reduction program.** Press Release: January 16, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no brasil.** Nota Técnica. Agosto 2006.

IPECE – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Ceara em números 2007.** Disponível em:

<[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara\\_em\\_numeros/2007/](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2007/)>- acesso em: 05 mar de 2008.

INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE - IFPRI. **Implementation Proposal for the PRAF/IDB, Project-phase 2: second report.** Washington, DC, 2000.

KUZNETS, S. **Modern economic growth: rate, structure and spread.** New Haven, CT: Yale University, 1966.

LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico e no Brasil.** 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LAVINAS, L.; VARSANO, R. **Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza.** Brasília: Ipea, dez. 1997 (Texto para Discussão, n. 534).

LAVY, V.; SPRATT, J.; LÉBOUCHER, N. Patterns of incidence and change in moroccan literacy. **Comparative Education Review**, v. 41, n. 2, 1997.

LUCAS Jr. , R. E. . On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, v. 22, p.3-42. 1988.

MARTORELL, R.; KHAN, K. L.; SCHROEDER, D. G. Reversibility of stunting: epidemiological findings in children from developing countries. **European Journal of Clinical Nutrition**. n. 48, p. S45-S57, 1994.

MAYER, D. MORA, H., CERMEÑO, R. BARONA, A.B., DURYEAU, S. **Health, Growth and Income Distribution in Latin America and the Caribbean: a study of determinants and regional and local behavior.** Washing-ton, DC.: Pan-American health Organization, 2000. (Research in Public Health Technical Papers, 18).

MCGREGOR, G. S. M. Small for gestational age, term babies, in the first six years of life. **European Journal of Clinical Nutrition**, v. 52, n. S1, p. 59-64, 1998.

MEDEIROS, M. et al. **Programas de transferências de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade e a pobreza.** Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2006.

MESOAMERICA NUTRITION PROGRAM TARGETING STUDY GROUP (MNPTSG). **Targeting performance of three large-scale, nutrition-oriented, social programs in Central América and México.** [S.I.], 2001.

OLIVEIRA, V. H. **Crescimento econômico e equidade social nos municípios do Ceará: uma evidência empírica entre 1991 e 2000.** Fortaleza: IPECE. 2006.

POCHMANN, M.; CAMPOS, A. ; BARBOSA, A . et al. **Atlas da exclusão social : Os ricos no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2004. (V. 3).

POLLIT, E. Iron deficiency and educational deficiency. **Nutrition Reviws**, v. 55, n.4, p. 131-141, 1997.

\_\_\_\_\_. The development and probabilistic nature of the functional consequences of iron deficiency anemia in children. **Journal of Nutrition**, n. 131, p. 669S-675S, 2001.

PSACHAROPOULOS, G. **Returns to investment in education: A global update.** World Development, v.22, n. 9, p.1325-1343. 1994.

ROMER, D. **Advanced macroeconomics**. Nova York : McGraw-Hill, 2001.

ROSENZWEIG, M. R. Population growth and human capital investments: theory and evidence. **The Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, 1990.

RECTOR, R.; LAUDER, W. **America's failed \$5.4 trillion war on poverty**. Washington DC :The Heritage Foundation, 1995.

SAHN, D.; ALDERMAN, H. Incentive effects on labor supply of Sri Lanka's rice subsidy. In: WALLE, D. Van der; NEAD, K. (Ed.). **Public spending and the poor: theory and evidence**. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University, 1995.

SCHWARTZMAN, S. **Education-oriented social programs in Brazil: the impact of Bolsa Escola**. Paper submitted to the Global Conference on Education Research in Developing Countries (Research for Results on Education). Global Development Network. Prague: IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade 2005.

\_\_\_\_\_. **Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda**. IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade 2006.

SCHULTZ, T.W. Investments in human capital. **American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A.; YAZBEK M.C. ; GIOVANNI, G.D. **A Política Social Brasileira no Séc. XXI: A prevalência dos Programas de Transferência de Renda**. São Paulo, Cortez, 2006.

SKOUFIAS, E. **Progressa and its impacts on the human capital and welfare of households in rural Mexico: a synthesis of the results of an evaluation by IFPRI**. Washington, DC: International Food Policy Research Institute, 2001.

SOARES, F.V.; RIBAS, R. P. ; OSÓRIO, R. G. **Avaliando o Impacto do Programa Bolsa Família: Uma comparação com Programas de Transferência Condicionada de Renda de Outros Países**. Centro Internacional da Pobreza. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Brasília: Distrito Federal, 2007.

\_\_\_\_\_; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. **Programas de transferências de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade e pobreza**. Brasília: IPEA, 2006.

SOARES, S. S. D. Análise de bem-estar e decomposição dos fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 83-115, jun. 2006.

\_\_\_\_\_. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Brasília: IPEA, 2006 (Texto para discussão, nº 1166) 2006.

STRAUSS, J.; THOMAS D. Human resources: Empirical modeling of household-and family decisions. In: BEHRMAN, J. R.; BEHRMAN, T. N. (Ed.) **Handbook of Development Economics**. Amsterdam: North-Holland Publishing, v. 3A, p. 1.883-2.024, 1995.

THOMAS, D.; STRAUS, J. Health and wages: evidence on men and women in urban Brazil. **Journal of Econometrics**, v. 77, n. 1, p. 159-185, 1997.

YUNUS, M. É possível o capitalismo solidário? **Valor Econômico**, São Paulo, Disponível em: <[asn.interjornal.com.br/noticia\\_pdf.kmf?noticia=7119970](http://asn.interjornal.com.br/noticia_pdf.kmf?noticia=7119970)> Acesso em 04 jun.2008.